

**MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA**



**PESSOAL MILITAR**

**ICA 35-8**

**CUMPRIMENTO DE MISSÕES NO EXTERIOR POR  
MILITARES DA AERONÁUTICA**

**2018**



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
GABINETE DO COMANDANTE DA AERONÁUTICA**



**PESSOAL MILITAR**

**ICA 35-8**

**CUMPRIMENTO DE MISSÕES NO EXTERIOR POR  
MILITARES DA AERONÁUTICA**

**2018**





**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**

PORTARIA Nº 2.157/GC4, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2018.

Aprova a reedição da Instrução que dispõe sobre cumprimento de missões no exterior por militares da Aeronáutica.

**O COMANDANTE DA AERONÁUTICA**, de conformidade com o previsto no inciso XIV do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o que consta do Processo nº 67050.015118/2018-55, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição da ICA 35-8 “Cumprimento de Missões no Exterior por Militares da Aeronáutica”, que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga a Portaria nº 189/GC3, de 19 de fevereiro de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº 34, de 20 de fevereiro de 2015, Seção I, página 7.

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO  
Comandante da Aeronáutica

(Publicada no BCA nº 224, de 27 de dezembro de 2018)



## SUMÁRIO

<b>1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES</b>	7
1.1 <u>FINALIDADE</u>	7
1.2 <u>CONCEITUAÇÃO</u>	7
1.3 <u>ÂMBITO</u>	8
<b>2 CLASSIFICAÇÃO DAS MISSÕES E INDICAÇÃO</b>	9
2.1 <u>CLASSIFICAÇÃO DAS MISSÕES</u>	9
2.2 <u>CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO</u>	10
2.3 <u>ESPECIFICAÇÃO DAS MISSÕES</u>	10
2.4 <u>LEGISLAÇÃO APLICÁVEL ÀS MISSÕES</u>	12
2.5 <u>INDICAÇÃO</u>	12
<b>3 NOMEAÇÃO OU DESIGNAÇÃO</b>	13
3.1 <u>ATO DE NOMEAÇÃO/DESIGNAÇÃO</u>	13
3.2 <u>DIVULGAÇÃO</u>	14
3.3 <u>DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA PARA MISSÕES EVENTUAIS</u>	14
<b>4 PROVIDÊNCIAS APÓS A DESIGNAÇÃO</b>	16
4.1 <u>PROVIDÊNCIAS INICIAIS</u>	16
4.2 <u>ESTÁGIOS PREPARATÓRIOS</u>	16
4.3 <u>PASSAPORTE</u>	16
4.4 <u>INSPEÇÃO DE SAÚDE</u>	20
4.5 <u>CURSO INTENSIVO DE IDIOMA</u>	20
4.6 <u>TRANSPORTE DO MILITAR E DE SEUS DEPENDENTES</u>	20
4.7 <u>TRANSPORTE DE BAGAGEM</u>	23
4.8 <u>COMPARECIMENTO À SUBDIRETORIA DE PAGAMENTO DE PESSOAL (SDPP)</u>	24
4.9 <u>TRÂNSITO</u>	24
4.10 <u>GOZO DE FÉRIAS</u>	25
<b>5 REMUNERAÇÃO/RETRIBUIÇÃO NO EXTERIOR</b>	26
5.1 <u>CONSTITUIÇÃO</u>	26
5.2 <u>NAS MISSÕES PERMANENTES E TRANSITÓRIAS</u>	31
5.3 <u>NAS MISSÕES EVENTUAIS</u>	33
5.4 <u>SUPRIMENTO DE FUNDOS</u>	33
5.5 <u>AJUSTE DE CONTAS NA IDA</u>	34
5.6 <u>PROVIDÊNCIAS DE ORGANIZAÇÕES MILITARES (OM)</u>	36
5.7 <u>EDUCAÇÃO DE DEPENDENTES, NO EXTERIOR, FORA DO PAÍS-SEDE</u>	37
<b>6 DURANTE A PERMANÊNCIA NO EXTERIOR</b>	39
6.1 <u>PROVIDÊNCIAS QUANTO À RETRIBUIÇÃO</u>	39
6.2 <u>ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR</u>	39
6.3 <u>DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS</u>	41
6.4 <u>OUTRAS DISPOSIÇÕES</u>	42

<b>7 CONCLUSÃO DE MISSÃO</b> .....	43
<b>7.1 CLASSIFICAÇÃO</b> .....	43
<b>7.2 AJUDA DE CUSTO</b> .....	43
<b>7.3 PASSAGENS</b> .....	43
<b>7.4 TRANSPORTE DE BAGAGEM</b> .....	43
<b>7.5 DESLIGAMENTO</b> .....	44
<b>7.6 ATESTADO, CERTIDÃO E DIPLOMA</b> .....	44
<b>7.7 AJUSTE DE CONTAS NO REGRESSO</b> .....	44
<b>8 DISPOSIÇÕES GERAIS</b> .....	46
<b>9 DISPOSIÇÕES FINAIS</b> .....	47
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	48
<b>Anexo A - Tabela de Escalonamento Vertical de Retribuição Básica</b> .....	51
<b>Anexo B - Tabela de Fatores de Conversão de Índice de Representação</b> .....	52
<b>Anexo C - Tabela de Fatores de Conversão da Retribuição Básica</b> .....	60
<b>Anexo D - Tabela de Escalonamento Vertical de Índice de Representação</b> .....	68
<b>Anexo E - Tabela de cubagem e peso</b> .....	69
<b>Anexo F - Valores de Diárias no Exterior</b> .....	70
<b>Anexo G - Modelo de contracheque mensal</b> .....	72
<b>Anexo H - Tabela de limites de cubagem</b> .....	73
<b>Anexo I - Tabela para cálculo do “pagamento em espécie” do transporte da bagagem do militar</b> .....	74
<b>Anexo J - Relação de países ou áreas para efeito de acréscimo do auxílio-familiar</b> .....	75
<b>ÍNDICE</b> .....	76



## **1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

### **1.1 FINALIDADE**

A presente Instrução tem por finalidade estabelecer orientações para o Pessoal Militar da Aeronáutica indicado, nomeado ou designado para missão no exterior, bem como definir as competências dos órgãos envolvidos no processo.

### **1.2 CONCEITUAÇÃO**

Para efeito desta Instrução, os termos abaixo têm os seguintes significados.

#### **1.2.1 ADIDO MILITAR**

**1.2.1.1** Oficial de qualquer das Forças Armadas integrante da Representação Diplomática Brasileira e credenciado junto ao Governo do país para o exercício de sua missão.

**1.2.1.2** Os Oficiais da Aeronáutica podem exercer os cargos de Adido Aeronáutico (ADIAER), Adido do Exército e Aeronáutico (ADIEXAER), Adido Naval e Aeronáutico (ADINAVAER) ou Adido de Defesa (ADEF).

#### **1.2.2 EMPREGADO DOMÉSTICO**

Pessoa que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não-lucrativa ao militar e a seus dependentes, no âmbito residencial, inscrita no órgão de seguridade social e trabalhista competente e portadora de Carteira de Trabalho, anotada e assinada pelo militar empregador.

#### **1.2.3 FATOR DE CONVERSÃO DA RETRIBUIÇÃO BÁSICA**

Fator de conversão para cálculo da Retribuição Básica, expresso em unidades da moeda padrão utilizada nas transações financeiras internacionais do governo brasileiro, conforme Anexo II da Lei nº 5.809/1972.

#### **1.2.4 FATOR DE CONVERSÃO DE ÍNDICE DE REPRESENTAÇÃO**

Valor variável utilizado para o cálculo da Indenização de Representação no Exterior (IREX), estabelecido para a sede da missão do militar, conforme Tabela B do Anexo II do Decreto nº 71.733/1973.

#### **1.2.5 FORMA E MEIO DE TRANSPORTE**

São parâmetros condicionantes da missão, estabelecidos em ato de nomeação ou designação, podendo ser:

- a) sem ônus para a União, em meio de transporte militar;
- b) com ônus para a União, em meio de transporte civil; e
- c) sem ônus para a União, em meio de transporte civil.

### **1.2.6 ÍNDICE DA TABELA DE ESCALONAMENTO VERTICAL DA RETRIBUIÇÃO BÁSICA**

Índice correspondente ao posto ou à graduação do militar em função do seu posicionamento na Tabela de Escalonamento Vertical, conforme Anexo I da Lei nº 5.809/1972.

### **1.2.7 ESCALONAMENTO VERTICAL DE ÍNDICE DE REPRESENTAÇÃO**

Valor variável utilizado para o cálculo da Indenização de Representação no Exterior (IREX), estabelecido em razão do cargo, função ou atividade desempenhados no exterior, conforme Tabela B do Anexo I do Decreto nº 71.733/1973.

### **1.2.8 TRANSPORTE NA MODALIDADE “POR CONTA DA UNIÃO”**

Modalidade de transporte de pessoal e de bagagem que é executada diretamente pela União, ou mediante contratação de empresas particulares, dentro do território nacional, deste para o exterior, no exterior e no regresso ao País.

### **1.2.9 TRANSPORTE NA MODALIDADE “PAGAMENTO EM ESPÉCIE”**

Direito pecuniário devido ao militar da ativa, quando o transporte não for realizado “por conta da União”, para custear despesas nas movimentações por interesse do serviço, nelas compreendidas a passagem e a translação da respectiva bagagem, para si, seus dependentes e um empregado doméstico, bem como do automóvel e/ou da motocicleta, da localidade onde residir para outra, onde fixará residência dentro do território nacional.

### **1.2.10 TRANSPORTE NO EXTERIOR**

O transporte no exterior compreende a passagem e, conforme o caso, a translação da bagagem do militar e dos seus dependentes.

### **1.2.11 TRANSPORTE NO TERRITÓRIO NACIONAL**

Direito pecuniário devido ao militar da ativa, quando o transporte não for realizado “por conta da União”, para custear despesas nas movimentações por interesse do serviço, nelas compreendidas a passagem e a translação da respectiva bagagem, para si, seus dependentes e um empregado doméstico, da localidade onde residir para outra, onde fixará residência dentro do território nacional. Para a autorização e a execução do transporte, serão observadas as modalidades “pagamento em espécie” ou “por conta da União”.

## **1.3 ÂMBITO**

A presente Instrução é de observância compulsória no âmbito do Comando da Aeronáutica (COMAER).

## **2 CLASSIFICAÇÃO DAS MISSÕES E INDICAÇÃO**

### **2.1 CLASSIFICAÇÃO DAS MISSÕES**

As missões no exterior são classificadas quanto ao tipo e à natureza.

#### **2.1.1 QUANTO AO TIPO**

##### **2.1.1.1 Permanente**

Missão na qual o militar deve permanecer em serviço, no exterior, por prazo igual ou superior a dois anos, em missão diplomática, em repartição consular ou em outra organização militar ou civil, no desempenho ou exercício de cargo, função ou atividade, considerados permanentes.

##### **2.1.1.2 Transitória**

Missão na qual o militar deve permanecer em serviço, no exterior, com ou sem mudança de sede, em uma das seguintes situações:

- a) designado para o exercício, em caráter provisório, de missão considerada Permanente;
- b) designado para o cargo de professor, assessor, instrutor ou monitor, por prazo inferior a dois anos, em estabelecimento de ensino ou técnico-científico e, por qualquer prazo, estagiário ou aluno naqueles estabelecimentos ou organizações industriais;
- c) designado para participar de viagem ou cruzeiro de instrução;
- d) designado para missão de representação, de observação ou em organismos ou reuniões internacionais;
- e) designado para comandante ou integrante de tripulação, contingente ou força, em missão operativa ou de adestramento, em país estrangeiro; e
- f) designado para cumprir encargos especiais.

##### **2.1.1.3 Eventual**

Missão na qual o militar permanece em serviço, no exterior, por período limitado a noventa dias, sem mudança de sede, em uma das seguintes situações:

- a) designado para o exercício, em caráter provisório, de missão considerada Permanente ou Transitória;
- b) designado para membro de delegação, de comitiva ou de representação oficial;
- c) designado para missão de representação, de observação ou de participação em organismos ou reuniões internacionais;
- d) designado para comandante ou integrante de tripulação, contingente ou força, em missão operativa ou de adestramento, em país estrangeiro;
- e) designado para serviço especial de natureza diplomática, administrativa ou militar; e

- f) designado para encargos especiais.

## **2.1.2 QUANTO À NATUREZA**

### **2.1.2.1 Diplomática**

Missão desempenhada junto às embaixadas e representações diplomáticas.

### **2.1.2.2 Militar**

Missão que implica o desempenho de função militar no estrangeiro, exceto aquela considerada de natureza Diplomática.

### **2.1.2.3 Administrativa**

Missão que não implica o desempenho de função militar no exterior e que, embora de interesse do COMAER, não possa ser classificada como de natureza Militar.

## **2.2 CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO**

Para permitir um tratamento equânime e tendo em vista o que preceituam os art. 5º e 6º da Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, ficam estabelecidos os seguintes critérios para designação de militares para missões no exterior:

- a) toda missão com duração igual ou inferior a noventa dias de duração será enquadrada como Eventual, exceto em relação aos casos previstos na alínea “b” do item 2.1.1.2 desta Instrução, para os estagiários ou alunos;
- b) a missão de duração superior a noventa dias e inferior a cento e oitenta dias será enquadrada como Transitória, sem mudança de sede;
- c) a missão de duração igual ou superior a cento e oitenta dias, não classificada como Permanente, será considerada Transitória, com mudança de sede;
- d) em casos especiais, neles se enquadrando a Missão de Observador Militar no exterior, cujo prazo seja igual ou superior a cento e oitenta dias, o militar poderá ser designado para Missão Transitória, com mudança de sede, porém não será autorizado a fazer-se acompanhar de seus dependentes;
- e) em casos especiais, o militar poderá ser designado para o cumprimento de Missão Transitória no exterior, até sessenta dias, sem mudança de sede, fazendo jus à retribuição em moeda nacional, de acordo com o disposto no parágrafo único, do art. 12, da Lei nº 5.809, de 1972; e
- f) quando o militar for designado para uma Missão Eventual e, por necessidade do serviço, tenha que permanecer no exterior por período superior a noventa dias, será expedido novo Ato de designação, de acordo com a nova classificação da missão, a partir do primeiro dia em que deixou o território nacional.

## **2.3 ESPECIFICAÇÃO DAS MISSÕES**

As missões especificadas nos itens 2.1.2.1, 2.1.2.2 e 2.1.2.3 desta Instrução têm as seguintes classificações.

### **2.3.1 MISSÃO COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DE MATERIAL (COMFIREM) NO EXTERIOR**

Missão de caráter eventual ou transitório, com ou sem mudança de sede, com a finalidade de representar o COMAER na fiscalização e recebimento de material.

### **2.3.2 MISSÃO DIVERSA**

Designação genérica de Missão Técnico-Administrativa no Exterior (MTAX) de interesse do Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER), dos Comandos-Gerais, dos Departamentos, da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica (SEFA) e do Gabinete do Comandante da Aeronáutica (GABAER), com o objetivo de:

- a) incorporar as MTAX que não puderem ser previstas e inseridas no Plano de Missões Técnico-Administrativas no Exterior (PLAMTAX) até o momento da aprovação daquele Plano;
- b) permitir a realização de ajustes de ordem financeira em MTAX aprovadas e constantes do PLAMTAX, provendo recursos complementares àquelas que porventura tenham tido seus valores originais ultrapassados; e
- c) incorporar créditos orçamentários de missões que tenham sido canceladas ou cujos recursos não hajam sido integralmente utilizados.

### **2.3.3 MISSÃO DE ENSINO NO EXTERIOR**

Missão de ensino realizada fora do território nacional, aprovada pelo Comandante da Aeronáutica (CMTAER) e incluída no Plano de Missões de Ensino no Exterior (PLAMENS EXT).

### **2.3.4 MISSÃO EXTRA-PLAMENS EXTERIOR**

Missão inopinada com características semelhantes às do PLAMENS EXT, mas que, por sua urgência ou imprevisibilidade, não integrou o referido Plano, devendo ser solicitada mediante tramitação peculiar.

### **2.3.5 MISSÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVA NO EXTERIOR (MTAX)**

**2.3.5.1** Missão do tipo eventual, cumprida no exterior por militares ou servidores civis do Comando da Aeronáutica, caracterizada pela curta duração, pelo pagamento de diárias e pela ausência de retribuição mensal no exterior.

**2.3.5.2** Enquadram-se nessas missões: visitas técnicas e de intercâmbio operacional, treinamento em simulador, negociações de contratos e acordos internacionais, simpósios, congressos, conferências, seminários, auditorias, inspeções e outras similares.

### **2.3.6 MISSÃO EXTRA-PLAMTAX**

**2.3.6.1** Missão proposta pelos os ODGSA, que atende aos mesmo critérios estabelecidos no item 1.2.11, da ICA 12-10 “Plano de Missões Técnicos-Administrativos no Exterior”, a ser cumprida durante o ano de execução do PLAMTAX e com a finalidade de propiciar a realização de eventos excepcionais e de relevância para o COMAER que venham a surgir durante o ano de execução do PLAMTAX.

**2.3.6.2** As missões EXTRA-PLAMTAX não são incorporadas ao PLAMTAX, e suas solicitações têm tramitação específica.

### **2.3.7 MISSÃO MILITAR DE CARACTERÍSTICAS DE ASSESSORAMENTO DE ENSINO**

Missão permanente no exterior, de natureza Militar, desempenhada por profissional com experiência na área de ensino e qualificado para o desempenho dessa atividade.

### **2.3.8 MISSÃO MILITAR DE CARACTERÍSTICAS TÉCNICO-ADMINISTRATIVAS**

Missão permanente no exterior, de natureza Militar, desempenhada por profissional especialmente qualificado para o desempenho de determinada atividade de interesse técnico-administrativo.

## **2.4 LEGISLAÇÃO APLICÁVEL ÀS MISSÕES**

### **2.4.1 PLANO DE MISSÕES DE ENSINO NO EXTERIOR (PLAMENS EXT)**

Plano anual, elaborado pela DIRENS e aprovado pelo CMTAER, que reúne todos os cursos ou estágios no exterior, selecionados em ordem de prioridade, para realização em um determinado exercício, em função da capacidade de alocação de recursos financeiros no Plano de Ação do COMAER para o período considerado (ICA 37-3 “Plano de Missões de Ensino no Exterior”).

### **2.4.2 PLANO DE MISSÕES TÉCNICO-ADMINISTRATIVAS NO EXTERIOR (PLAMTAX)**

Plano elaborado pelo EMAER e aprovado pelo CMTAER, que reúne as MTAX programadas para um determinado exercício financeiro, selecionadas em ordem de prioridade, sendo sua execução condicionada à disponibilidade de recursos orçamentários do Plano de Ação do COMAER para o período considerado (ICA 12-10 “Plano de Missões Técnico-Administrativas no Exterior”).

## **2.5 INDICAÇÃO**

A indicação de militar para missão no exterior será feita observando-se os critérios estabelecidos na ICA 36-7 “Designação de Oficiais para Missões no Exterior” e na ICA 39-1 “Designação de Graduados para Missões no Exterior”.

### **3 NOMEAÇÃO OU DESIGNAÇÃO**

#### **3.1 ATO DE NOMEAÇÃO/DESIGNAÇÃO**

**3.1.1** A nomeação ou a designação de militares para missão no exterior será efetuada através dos seguintes atos, em função do tipo de missão:

- a) Missão Permanente: Decreto Presidencial ou ato da autoridade delegada; e
- b) Missão Transitória e Eventual: Portaria do Ministro da Defesa ou do CMTAER ou, ainda, ato da autoridade delegada, nos casos previstos nesta Instrução.

**3.1.2** A proposta de nomeação ou designação de militar para serviço ou missão no exterior deve ter origem no órgão da estrutura organizacional do COMAER que tiver interesse na realização da missão.

**3.1.2.1** O processo administrativo, devidamente autuado, deverá apresentar, além do previsto no art. 3º do Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973, em cada caso, os seguintes elementos:

- a) a justificativa do interesse institucional do COMAER em participar do serviço ou da missão;
- b) a justificativa da indicação do militar, enfocando a compatibilidade da atuação do setor ou da formação profissional do indicado com a natureza do serviço ou da missão;
- c) a prévia existência de planejamento orçamentário e financeiro, nos termos da Portaria Normativa nº 635/MD, de 30 de outubro de 2002, do Ministério da Defesa, ou, no caso de sua ausência, a apresentação da correspondente justificativa; e
- d) o tipo de apoio a ser prestado pela instituição promotora ou responsável pelo serviço ou missão, particularmente no tocante ao custeio das despesas com alimentação e hospedagem, para fins de verificação do direito à percepção de diárias ou qualquer outro direito remuneratório.

**3.1.2.2** Caso se verifique a ausência de qualquer dos elementos elencados no item 3.1.2.1 desta Instrução, a proposta de nomeação ou designação não será considerada.

**3.1.3** Os atos de nomeação ou designação indicarão, além do previsto no art. 3º do Decreto nº 71.733, de 1973, em cada caso:

- a) a data de início da missão;
- b) a data de assunção do cargo;
- c) o período de retribuição no exterior;
- d) a localidade-sede da missão;
- e) a forma e o meio de transporte, no caso de Missão Transitória sem mudança de sede e de Missão Eventual;

- f) os locais de pernoite intermediário, se for o caso, quando se tratar de Missão Eventual; e
- g) a OM de classificação, após o término da missão, em caso de Missão Permanente ou Transitória, com mudança de sede, cuja cogitação seja exclusiva do ODS.

**3.1.4** Considera-se como data de início da missão aquela em que o militar começa a receber a função ou inicia o curso ou tarefa para a qual foi designado.

**3.1.4.1** Para os tripulantes e demais militares que façam parte da missão, é o dia da partida da última localidade brasileira.

**3.1.5** Considera-se período de retribuição no exterior o prazo máximo de retribuição em moeda estrangeira a que terá direito o militar, incluindo o trânsito de ida e de regresso, se for o caso, fixado de acordo com esta Instrução.

## **3.2 DIVULGAÇÃO**

A nomeação/designação de militar para Missão Permanente, Transitória ou Eventual será divulgada pelo GABAER, através de mensagem coletiva aos seguintes órgãos:

- a) Unidade do militar (via cadeia de comando);
- b) Subdiretoria de Pagamento de Pessoal (SDPP);
- c) Subdiretoria de Encargos Especiais (SDEE);
- d) Adidância Militar no país de destino;
- e) Organização Militar (OM) de destino;
- f) Vice-Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica (VICEMAER);
- g) Centro de Inteligência da Aeronáutica (CIAER);
- h) Diretoria de Ensino da Aeronáutica (DIRENS), para as missões do PLAMENS EXT;
- i) Comando-Geral do Pessoal (COMGEP); e
- j) Diretoria de Administração do Pessoal (DIRAP).

## **3.3 DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA PARA MISSÕES EVENTUAIS**

**3.3.1** Fica delegada competência ao Chefe e aos Comandantes para designarem militares de suas áreas de atuação, por meio de Portaria, para o cumprimento de missões no exterior, com duração inferior a 15 dias, que requeiram acionamento de forma intempestiva, no qual o fator tempo é determinante para a consecução do objetivo pretendido.

### **3.3.1.1 Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica (CEMAER)**

Missões envolvendo os militares devidamente credenciados pelo Sistema de Prevenção e Investigação de Acidentes Aeronáuticos (SIPAER), como representantes acreditados ou assessores, para:



- a) participação em Investigação de Acidente ou Incidente Aeronáutico com aeronaves de fabricação brasileira, de operador brasileiro no exterior ou de registro brasileiro; e
- b) acompanhamento de pesquisas e análises de componentes e sistemas necessários ao esclarecimento de acidentes e incidentes aeronáuticos.

**3.3.1.2** Comandantes do Comando de Preparo (COMPREP) e do Comando de Operações Aeroespaciais (COMAE) - Missões de transporte aéreo logístico enquadradas em 3.3.1.

**3.3.1.3** Nos casos em que não se configure a urgência do acionamento da missão, o processo de elaboração da Portaria deverá seguir seu trâmite normal, para assinatura do CMTAER.

**3.3.1.4** Para o cumprimento das missões enquadradas no item 3.3.1, o EMAER, o COMPREP e o COMAE terão à sua disposição recursos específicos para fazer frente às despesas inerentes à realização da missão emergencial, prevista ou não no PLAMTAX.

**3.3.2** Os comandantes, chefe e diretor possuidores de delegação de competência deverão enviar ao GABAER e à SDPP cópias das Portarias assinadas, contendo os nomes dos militares envolvidos, duração, destino e outros dados julgados necessários, no prazo máximo de 5 dias úteis a partir da data de assinatura das Portarias.

**3.3.3** Para o cumprimento de missão eventual que requeira apoio de Suprimento de Fundos a ser concedido a comandante de aeronave, os valores definidos no PLAMTAX prevalecerão sobre os fixados no item 5.4.3 desta Instrução.

## **4 PROVIDÊNCIAS APÓS A DESIGNAÇÃO**

### **4.1 PROVIDÊNCIAS INICIAIS**

**4.1.1** O militar designado para a função de Adido, Adjunto e Auxiliar de Adido tomará conhecimento da Instrução que dispõe sobre “ADIDÂNCIA AERONÁUTICA”.

**4.1.2** O militar designado para a função de Adido, Adjunto e Auxiliar de Adido e para outras funções relevantes no exterior entrará em contato com a Seção de Adidos da 2ª Subchefia do EMAER para as recomendações iniciais, futuro agendamento de estágios e preparação da documentação pertinente.

### **4.2 ESTÁGIOS PREPARATÓRIOS**

**4.2.1** O militar designado para a função de Adido, Adjunto e Auxiliar de Adido realizará os estágios necessários, de acordo com o previsto na Instrução sobre “ADIDÂNCIA AERONÁUTICA”.

**4.2.2** O militar designado para servir em Comissão Aeronáutica Brasileira (CAB) no Exterior, como efetivo, assim como em Escritório Brasileiro de Ligação (EBL) nos EUA ou em Israel, ou na RECABI, realizará estágio de atualização coordenado pelo Centro Logístico da Aeronáutica (CELOG) e pela Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica (SEFA).

**4.2.3** O estágio na SEFA será para os militares passíveis de virem a ser, no exercício da função no exterior, detentores de Suprimento de Fundos.

**4.2.4** O Comandante, Chefe ou Diretor do militar nomeado/designado para CAB no Exterior, como efetivo, assim como em Escritório Brasileiro de Ligação (EBL) nos EUA ou em Israel, ou na RECABI, tomará providências junto ao CELOG, SEFA e CIAER para efetivação do estágio correspondente, devendo desligá-lo somente após sua realização.

**4.2.5** Os demais militares designados para missões no exterior, com duração superior a quinze dias, comparecerão ao CIAER antes e após a realização da viagem, em data a ser acertada com aquela Secretaria.

**4.2.6** Para a missão com duração inferior a quinze dias, poderá ser adotado o mesmo procedimento, desde que o Comando interessado e ao CIAER julguem-no oportuno e necessário.

**4.2.7** Para as missões no exterior não enquadradas nos itens 4.2.1 e 4.2.2, o militar deverá cumprir os estágios exigidos para o desempenho da missão e programados por órgão competente.

### **4.3 PASSAPORTE**

**4.3.1** O passaporte é o documento de identificação em viagem internacional, exigível de todos os que tiverem de sair ou entrar no território nacional.

**4.3.2** O passaporte é documento pessoal e intransferível.

**4.3.3** O passaporte é propriedade do Governo brasileiro, cabendo aos titulares a posse direta e o uso regular, podendo ser apreendido em caso de fraude ou uso indevido.

**4.3.4** Os passaportes brasileiros classificam-se nas seguintes categorias:

- a) diplomático;
- b) oficial;
- c) comum; e
- d) para estrangeiros.

**4.3.5** Os passaportes diplomático e oficial são expedidos, no território nacional, pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) e, no exterior, pelas Missões Diplomáticas e Repartições Consulares Brasileiras.

**4.3.6** O passaporte comum é expedido, no Brasil, pelo Departamento de Polícia Federal (DPF) e, no exterior, pelas Missões Diplomáticas e Repartições Consulares Brasileiras.

**4.3.7** Conceder-se-á passaporte diplomático, de acordo com a legislação em vigor, ao:

- a) CMTAER;
- b) Adidos Militares; e
- c) Observador Militar em Missões de Paz da ONU e congêneres.

**4.3.8** Poderá ser concedido passaporte diplomático, a título excepcional, de acordo com as circunstâncias, mediante autorização expressa do Ministro de Estado das Relações Exteriores, ao:

- a) CEMAER;
- b) Conselheiro Militar da Missão do Brasil junto à Organização das Nações Unidas (ONU) em Nova Iorque e em Genebra;
- c) Auxiliar do Conselheiro Militar em Nova Iorque;
- d) Adjunto de Adido Militar;
- e) Chefe da Comissão Aeronáutica Brasileira em Washington e na Europa (CABW e CABE);
- f) Chefe da Missão Técnica da Aeronáutica Brasileira em Assunção - Paraguai (MTAB);
- g) Delegado e ao Adjunto do Delegado do Conselho da OACI;
- h) Auxiliar do Adido Militar na Indonésia;
- i) Chefe da Equipe de Segurança na Embaixada do Brasil na Colômbia;
- j) Auxiliar do Adido Militar na China;
- k) Auxiliar do Adido Militar em Israel; e
- l) Auxiliar do Adido Militar na Rússia.

**4.3.9** O passaporte oficial será concedido aos servidores da Administração Direta ou das Autarquias, que viajarem em missão oficial ou a serviço dos Governos Federal, Estadual e do Distrito Federal, e aos dependentes que os acompanharem.

**4.3.10** A concessão de passaporte diplomático e oficial será emitido para os seguintes dependentes:

- a) cônjuge ou companheiro estável;
- b) filhos ou enteados solteiros menores de vinte e um anos; e
- c) filhos ou enteados solteiros entre vinte e um e vinte e quatro anos, desde que estejam cursando estabelecimento de ensino de nível superior e a solicitação seja aprovada pelo MRE.

**4.3.11** Somente serão concedidos passaportes diplomáticos ou oficiais pelo MRE aos dependentes que efetivamente acompanharem o militar. A concessão dos passaportes acima mencionados é regulada pelo Decreto nº 5.978, de 4 de dezembro de 2006.

**4.3.12** Para os dependentes não contemplados com o passaporte diplomático ou oficial, a opção é o passaporte comum, cabendo ao interessado as providências junto ao DPF para a obtenção do referido passaporte, bem como do pertinente visto de entrada junto à Embaixada do país de referência.

**4.3.13** Os passaportes diplomáticos e oficiais terão prazo de validade de até cinco anos, o qual é estabelecido de acordo com a natureza da função ou a duração da missão do seu titular. O passaporte oficial não é renovado, será feito um novo processo de obtenção quando o documento atingir seu prazo de validade, quando necessário.

**4.3.14** As OM qualificadas para tomarem as providências necessárias junto ao MRE, visando à emissão/revalidação de passaportes, bem como as medidas para concessão de visto pelas Representações Diplomáticas Estrangeiras no Brasil, são:

- a) passaporte diplomático,
  - EMAER;
- b) passaporte oficial,
  - EMAER; e
  - Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA).

**4.3.15** As providências para obtenção de passaporte comum são de responsabilidade individual.

**4.3.16** São documentos necessários para obtenção de passaporte diplomático ou oficial.

**4.3.16.1** Titular:

- a) cópia da Carteira de Identidade funcional;
- b) Certidão de Quitação Eleitoral; e
- c) uma foto colorida, tamanho 5x7, fundo branco, de 5º Uniforme, sem cobertura, atualizada.

**4.3.16.2** Dependentes:

- a) cônjuge ou companheiro estável,
  - cópia da Carteira de Identidade;
  - Certidão de Quitação Eleitoral;

- cópia da Certidão de Casamento ou Declaração de União Estável; e
  - uma foto colorida, tamanho 5x7, fundo branco, atualizada.
- b) filhos(as) ou enteados(as) solteiros menores de dezoito anos,
- cópia de Carteira de Identidade (maiores de 12 anos), ou cópia da Certidão de Nascimento ou do Termo de Tutela (se for o caso);
  - uma foto colorida, tamanho 5x7, fundo branco, preferencialmente de paletó e gravata (para filhos), atualizada; e
  - Autorização de Concessão de Passaporte para Menor, com reconhecimento de firmas em cartório – POR AUTENTICIDADE.
- c) filhos(as) ou enteados(as) solteiros de dezoito a vinte e um anos,
- cópia de Carteira de Identidade;
  - uma foto colorida, tamanho 5x7, fundo branco, preferencialmente de paletó e gravata (para filhos), atualizada;
  - Certidão de Quitação Eleitoral; e
  - cópia do Certificado de Reservista ou de Alistamento Militar (no caso do sexo masculino);
- d) filhos(as) ou enteados(as) solteiros entre vinte e um e vinte e quatro anos,
- cópia da Carteira de Identidade;
  - uma foto colorida, tamanho 5x7, fundo branco, preferencialmente de paletó e gravata (para filhos), atualizada;
  - Certidão de Quitação Eleitoral;
  - cópia do Certificado de Reservista (no caso do sexo masculino); e
  - declaração (semestre atual) que está matriculado em estabelecimento de ensino de nível superior.

**4.3.16.3** A validade desse passaporte será até a véspera do dia em que os filhos completarem vinte e um anos, caso não estejam cursando o ensino superior, e vinte e quatro anos como sendo o limite máximo.

**4.3.17** Caso o militar designado opte por levar empregado doméstico, cabe ao interessado tomar as providências necessárias junto ao DPF para a obtenção do passaporte comum e a aquisição do pertinente visto de entrada junto à Embaixada do país de referência.

**4.3.18** Não é exigido visto de saída ao brasileiro que pretenda sair do território nacional.

**4.3.19** Para a entrada em alguns países, é necessária a obtenção prévia de visto no passaporte, fornecido pela representação estrangeira respectiva.

**4.3.20** A expedição de visto depende de legislação específica de cada país, havendo uma variedade de procedimentos referentes a prazos, documentação exigida, formulários próprios ou, até mesmo, cobrança de tarifas. No que se refere a empregado doméstico, as exigências são, normalmente, mais rigorosas.

**4.3.21** O passaporte só é válido com a assinatura do titular; portanto, é recomendado que o militar e seus dependentes o assinem imediatamente após recebê-lo.

**4.3.22** Em caso de perda ou destruição do passaporte, bem como a sua recuperação, quando for o caso, seu titular deverá comunicar, por escrito, ao órgão que expediu o documento.

**4.3.23** Recomenda-se ao militar levar para o exterior documentos pessoais de identificação, certidões escolares, carteira de habilitação, atestados de saúde, próprios e de seus dependentes. As certidões escolares, curriculares e/ou profissionais deverão ser devidamente vertidas por tradutores juramentados.

#### **4.4 INSPEÇÃO DE SAÚDE**

**4.4.1** O militar designado para missão no exterior, com obrigatoriedade de mudança de sede, e os seus dependentes deverão, antes do início da missão, ser submetidos à inspeção de saúde, para fins da alínea “f” do item 2.1 da ICA 160-1 “Instruções Reguladoras das Inspeções de Saúde (IRIS)”.

**4.4.2** Cabe ao militar tomar as providências junto ao órgão de pessoal de sua OM para a realização de sua inspeção e as de seus dependentes, bem como a regularização (atualização) da situação de seus dependentes (os que o acompanharem e os que permanecerem no País) no Cadastro de Beneficiários da Saúde (da SARAM).

**4.4.3** Recomenda-se ao militar que procure, com antecedência, solucionar todos os problemas de saúde, próprios e de seus dependentes, antes do embarque para o exterior, principalmente os de natureza odontológica.

#### **4.5 CURSO INTENSIVO DE IDIOMA**

Para melhor preparação, o militar indicado para Missão Permanente no exterior deverá frequentar um curso intensivo do idioma do país onde irá exercer suas funções.

#### **4.6 TRANSPORTE DO MILITAR E DE SEUS DEPENDENTES**

##### **4.6.1 NA MISSÃO PERMANENTE E NA TRANSITÓRIA, COM MUDANÇA DE SEDE**

**4.6.1.1** O transporte pessoal do militar (passagem), nomeado/designado para realizar missão no exterior, e de seus dependentes, será providenciado:

- a) na Ida: pela sua OM de origem, por meio da modalidade “por conta da União” ou “pagamento em espécie”; e
- b) no Regresso: pela CAB de vinculação ao país da missão, por meio da modalidade “por conta da União”, mediante contratação de empresa transportadora.

**4.6.1.1.1** É assegurado o transporte de pessoal (passagem) para o regresso antecipado de dependente, para qualquer destino no Brasil, conforme alínea “b” do item 4.6.1.1.

**4.6.1.2** O militar faz jus às passagens aéreas sempre na classe econômica.

**4.6.1.3** Na viagem de ida, por via aérea, em Missão Permanente, ou Transitória, com a duração igual ou superior a três meses, poderá ser concedido o ressarcimento ao militar, quando for o caso, de um adicional de até metade do peso da sua bagagem acompanhada e a de seus dependentes.

**4.6.1.3.1** O militar deverá requerer o ressarcimento junto OM de vinculação, a quem caberá providenciar o pagamento junto à SDPP. O requerimento deverá ser enviado por meio do

endereço eletrônico funcional (...@fab.mil.br) com os comprovantes de despesas realizadas anexados.

**4.6.1.4** Nos casos em que a análise da DIRSA/SARAM determinar a necessidade de remoção de militares em missão no exterior e/ou seus dependentes para o Brasil com a finalidade de tratamento de saúde, a SARAM comunicará a SDEE sobre a necessidade da aquisição das passagens para o beneficiário do FUNSA em questão (e acompanhante, se for o caso). A SDEE entrará em contato com a respectiva CAB de vinculação ao país da missão, que será responsável por providenciar a compra das mesmas, com repasse de verba da SDEE, mesmo nos casos de passagens internacionais.

**4.6.1.4.1** Nos casos em que for possível a remoção do paciente do país sede da missão para o Brasil com transporte em aeronave militar, os trâmites para o traslado deverão ser feitos entre o Adido e o EMAER. A DIRSA/SARAM deverá ser comunicada da chegada do(s) paciente(s) e comunicar à OSA responsável para receber e realizar o atendimento com as ações necessárias para resolução dentro do menor tempo possível.

**4.6.1.5** O transporte do militar da ativa, em missão no exterior, cuja natureza não lhe permita fazer-se acompanhar de seus dependentes e que implique mudança de sede, será conforme a seguir:

- a) na ida para o exterior, o militar somente terá direito ao transporte para si próprio incluindo sua bagagem acompanhada, até o limite de duzentos quilogramas;
- b) até a data do desligamento, o militar deverá solicitar o transporte dos seus dependentes e do seu empregado doméstico, bem como do automóvel e da motocicleta de sua propriedade à sua OM, incluindo, no pedido, a declaração de dependentes e o endereço no território nacional onde a família fixará residência;
- c) para o deslocamento do dependente e do empregado doméstico, legalmente declarados, caso estes se desloquem para qualquer localidade dentro do território nacional, o militar terá direito ao transporte pessoal e o da bagagem, respectivos. Terá direito também ao transporte do automóvel e da motocicleta de sua propriedade, para a mesma localidade, onde fixarão nova residência. O transporte poderá ser efetuado por meio das modalidades “por conta da União” ou “pagamento em espécie”, desde que o militar o requeira em tempo hábil à sua OM de origem e/ou OM apoiadora;
- d) o transporte do militar para o local de sua missão, no exterior, será executado “por conta da União”, desde que o militar o requeira em tempo hábil à sua OM de origem e/ou OM apoiadora, pelo Sistema de Concessão de Diárias e Passagens;
- e) após o término da missão, o militar fará jus somente à passagem para si próprio, nela incluída a bagagem acompanhada, até o limite de duzentos quilogramas, da sede da missão para a localidade onde for classificado;
- f) a passagem de que trata a alínea “e” deste item será solicitada por meio do endereço eletrônico funcional, diretamente à CAB de vinculação ao país da missão, que processará o requerimento para a modalidade “por conta da União”;

- g) no retorno ao Brasil, por término de missão no exterior, o militar fará jus ao transporte para os seus dependentes, “por conta da União” ou por meio de “pagamento em espécie”, da localidade onde declarou que sua família permaneceria no País para a localidade da OM onde for classificado, devendo solicitá-lo até o prazo de trinta dias, após sua apresentação na OM de destino;
- h) o “pagamento em espécie” do transporte relativo aos seus dependentes e ao seu empregado doméstico somente poderá ser efetuado após a autorização da SDEE, devendo a OM responsável encaminhar mensagem contendo os valores e dados necessários, em tempo hábil para conferência;
- i) o transporte pessoal do militar e da sua bagagem, na ida para o exterior e no regresso ao País, obedecerá à Lei nº 5.809, de 1972, e ao Decreto nº 71.733, de 1973; e
- j) o transporte pessoal dos dependentes e empregado doméstico, e da bagagem, automóvel ou motocicleta do militar, dentro do território nacional, será regulado pelo Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002, e pela ICA 177-31.

**4.6.1.6** O transporte do militar que se encontra no exterior será efetuado na modalidade “por conta da União”, sob a responsabilidade da CAB.

**4.6.1.7** No transporte efetuado na modalidade “por conta da União”, as despesas com o transporte entre o terminal aéreo no exterior e a sede da missão do militar, e vice-versa, são a ele ressarcidas mediante apresentação dos comprovantes de despesa, observado o disposto no art. 30 do Decreto nº 71.733, de 1973, que, dentre outras condicionantes, estabelece a economia para a União, as tarifas oficiais vigentes e a possibilidade de utilização de meios de transporte oficiais ou próprios. O processo deverá ser encaminhado, à OM de vinculação, e esta encaminhará Mensagem Fac-símile à SDEE solicitando a autorização para o pagamento. Após confirmação do direito, a referida OM publicará a solicitação e o deferimento do ressarcimento e, com base na publicação do direito financeiro, a SDPP providenciará o pagamento. Os procedimentos serão detalhados em manual específico da SDEE.

**4.6.1.8** No caso de missão de Observador Militar, de que trata a alínea “d” do item 2.2 desta Instrução, o transporte dos equipamentos de uso pessoal do militar, até o limite de duzentos quilogramas, será realizado na modalidade “por conta da União”.

#### **4.6.2 NA MISSÃO EVENTUAL E NA TRANSITÓRIA, SEM MUDANÇA DE SEDE**

**4.6.2.1** O militar terá direito ao seu transporte pessoal na modalidade “por conta da União”.

**4.6.2.2** No transporte aéreo de pessoal, mediante requisição, do Brasil para o exterior e vice-versa, ou entre localidades no exterior, deverá ser observada a menor tarifa dentre aquelas oferecidas pelas companhias aéreas, inclusive as decorrentes da aplicação de tarifas promocionais ou reduzidas para os horários compatíveis com a programação da viagem. Deverá ser observado ainda o disposto na regulamentação específica do COMAER para a aquisição de passagem aérea.

**4.6.2.3** O militar poderá optar pelo transporte terrestre ou marítimo. Nesse caso, as passagens só serão requisitadas pelo órgão competente após cobertura prévia da diferença pelo militar,



quando o transporte pelo meio escolhido for de custo superior ao aéreo. O militar não tem direito a recebimento da diferença, quando o custo do transporte escolhido for inferior ao do transporte aéreo concedido.

**4.6.2.4** Quando não houver possibilidade do transporte aéreo, na seleção dos meios e vias de transporte, a OM de origem ou a CAB deverão levar em conta os aspectos previstos no art. 30 do Decreto no 71.733, de 1973.

**4.6.2.5** Nas missões eventuais, o militar que utilizar recursos próprios no transporte entre o terminal aéreo no exterior e a localidade sede da missão, e vice-versa, poderá solicitar o ressarcimento das despesas por meio de Parte, mediante apresentação dos comprovantes da despesa, diretamente à sua OM. Os procedimentos para confecção e análise dos processos serão detalhados em manual específico da SDEE.

#### **4.7 TRANSPORTE DE BAGAGEM**

**4.7.1** O militar nomeado/designado para missão Permanente ou Transitória no exterior, com mudança de sede, tem direito a transporte de bagagem, processado conforme o estabelecido nesta Instrução.

##### **4.7.1.1 Na Ida:**

- a) na modalidade “por conta da União” ou “pagamento em espécie”, mediante contratação de empresa de transporte, preferencialmente brasileira; e
- b) quando não houver transporte regular adequado às necessidades previstas, poderão ser utilizados os meios de transporte disponíveis nas Forças Armadas ou em outros órgãos governamentais no trecho onde se fizer necessário.

##### **4.7.1.2 No Regresso:**

- a) o transporte será contratado, “por conta da União”, através da CAB; e
- b) no transporte efetuado “por conta da União”, a embalagem e a translação da bagagem, para o local de embarque e dos pontos de desembarque para a residência, incluindo o seguro, serão atendidos sem ônus para o militar, nos casos em que este procedimento seja necessário.

**4.7.1.3** Para cálculo de indenização do que trata a letra “a” do item 4.7.1.1 desta Instrução, a OM de origem do militar deverá utilizar para a bagagem e o automóvel, a cubagem a que tem direito (Anexo H - Tabela de cubagem), multiplicado pelo valor correspondente ao transporte do metro cúbico na distância máxima estabelecida (Anexo I - Tabela de distâncias).

**4.7.1.4** A data do ajuste de contas do militar para fins de indenização é a do seu desligamento da OM de origem.

**4.7.1.5** Ao militar que optar pela indenização, quando da ida para cumprir missão no exterior, ao regressar por seu término, será assegurado o transporte de sua bagagem “por conta da União”, apenas no trecho compreendido do local da missão para a localidade da nova OM no país.

**4.7.1.6** O disposto no item 4.7.1.5 não se aplica ao militar designado para o cumprimento de missão de Observador Militar ou Missão de Paz, e cujos dependentes permaneçam, devidamente autorizados, ocupando Próprio Nacional Residencial (PNR).

#### **4.8 PROVIDÊNCIAS JUNTO À SUBDIRETORIA DE PAGAMENTO DE PESSOAL (SDPP)**

**4.8.1** A DIRAD por meio da SDPP é o órgão central de pagamento de pessoal para missão de qualquer tipo ou natureza no exterior, dessa forma cabe à SDPP baixar instruções complementares e estabelecer os procedimentos a serem cumpridos quanto à sua execução do pagamento exterior.

**4.8.2** No caso de Missão Eventual, o militar após tomar conhecimento do ato de sua designação, deve entrar em contato com a sua Unidade Pagadora (GAP, GABAER ou Base), visando a apresentar uma cópia da portaria de designação e receber instruções para o recebimento das diárias previstas para a missão.

**4.8.3** No caso de Missão Permanente ou Transitória, o militar deverá fazer contato com a SDPP, para receber instruções e tomar providências, visando ao acerto de contas.

#### **4.9 TRÂNSITO**

O militar nomeado ou designado para missão no exterior cumprirá os seguintes prazos:

- a) Missão Permanente,
  - trinta dias de trânsito, na ida e na volta;
- b) Missão Transitória, com mudança de sede,
  - até trinta dias de trânsito, na ida e na volta;
- c) Missão Transitória sem mudança de sede,
  - até quinze dias de trânsito, na ida e na volta, mais o tempo previsto para a missão;
- d) Missão Eventual,
  - de até quinze dias: até quatro dias de trânsito, na ida e na volta, mais o tempo previsto para a missão;
  - de dezesseis dias a noventa dias: até seis dias de trânsito, na ida e na volta, mais o tempo previsto para missão; e
  - de noventa e um dias a cento e setenta e nove dias: até quinze dias de trânsito, na ida e na volta, mais o tempo previsto para a missão;
- e) Missão de Observador Militar,
  - na ida, até vinte dias de trânsito, dos quais oito dias deverão ser destinados para a adaptação à nova função.

**4.9.1** Para a fixação do trânsito nas missões de até quinze dias, deve ser levado em consideração que o militar deverá chegar ao local de destino da missão com um dia de antecedência ao seu início.

**4.9.2** A duração do trânsito não altera o tipo da missão.

#### **4.10 GOZO DE FÉRIAS**

**4.10.1** O militar, nomeado ou designado para Missão Permanente ou Transitória com mudança de sede, deverá gozar as férias a que faz jus antes do embarque para sua missão no exterior, de acordo com o previsto no Regulamento Interno de Serviços da Aeronáutica (RISAER).

**4.10.2** Durante a realização da missão, o militar fará jus a um período de férias correspondente a cada ano de permanência a serviço no exterior, não sendo computado o período de trânsito.

**4.10.3** As férias do militar deverão ser gozadas durante o período da missão.

**4.10.4** No caso de o militar desejar gozar um período de férias no exterior, antes ou depois do período aquisitivo da missão, deverá obter autorização superior, conforme o previsto no RISAER.

**4.10.4.1** Na situação enquadrada no item 4.10.4, a remuneração do militar será em moeda nacional, conforme o estabelecido na Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, e Decreto nº 4.307, de 2002.

**4.10.5** Quando, por extrema necessidade de serviço, no cumprimento de Missão de Observador Militar ou Missão de Paz, ou nos casos de que trata o § 4º do art. 63 da Lei nº 6880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares), o militar não puder gozar férias na época prevista ou tiver suas férias interrompidas, fará jus ao acréscimo de um terço da retribuição na remuneração do mês em que gozar férias.

**4.10.6** Ocorrendo as situações enquadradas no item 4.10.5, a OM a que o militar estiver adido fará a devida publicação em Boletim Interno e informará o fato à SDPP.

**4.10.7** A SDPP, após tomar conhecimento do citado no item 4.10.6, realizará os acertos financeiros necessários.

**4.10.8** O militar em Missão Permanente ou Transitória com mudança de sede não faz jus à conversão de um terço das férias em abono pecuniário.

## **5 REMUNERAÇÃO/RETRIBUIÇÃO NO EXTERIOR**

### **5.1 CONSTITUIÇÃO**

**5.1.1** A Retribuição no Exterior é regida, basicamente, pela Lei no 5.809, de 1972 e por suas regulamentações e alterações, constituindo-se de:

- a) Retribuição Básica: Soldo no Exterior;
- b) Gratificação: Gratificação no Exterior por Tempo de Serviço;
- c) Indenizações,
  - IREX;
  - Auxílio-Familiar;
  - Ajuda de Custo de Exterior;
  - Diárias no Exterior; e
  - Auxílio-Funeral no Exterior; e
  - Auxílio-Moradia no Exterior (Reembolso de Aluguel Exterior).
- d) Décimo Terceiro Salário; e
- e) Acréscimo de um Terço da Retribuição na remuneração do mês em que gozar Férias.

#### **5.1.1.1 Retribuição Básica**

**5.1.1.1.1** É definida multiplicando-se o índice da retribuição básica correspondente ao nível hierárquico de cada posto ou graduação, previsto na Tabela de Escalonamento Vertical (Anexo A) da Retribuição Básica, pelo Fator de Conversão da Retribuição Básica (Anexo C).

#### **5.1.1.2 Gratificação no Exterior por Tempo de Serviço**

**5.1.1.2.1** É o quantitativo devido ao militar em serviço no exterior, em missão permanente ou transitória, por ano de efetivo serviço prestado, computado na forma da legislação pertinente.

**5.1.1.2.2** Corresponde a um por cento do soldo para cada ano de efetivo serviço prestado.

#### **5.1.1.3 Indenizações**

##### **5.1.1.3.1 Indenização de Representação no Exterior (IREX)**

**5.1.1.3.2** É o quantitativo devido ao militar, em serviço no exterior, em missão permanente ou transitória, destinado a compensar as despesas inerentes à missão de forma compatível com suas responsabilidades e encargos.

**5.1.1.3.3** É calculada multiplicando-se o Fator de Conversão de Índice de Representação (Anexo B) pelo Índice de Representação do Escalonamento Vertical (Anexo D).

**5.1.1.3.4** Para cálculo da IREX, o Índice de Representação a ser usado deverá ser o do tipo específico de sua missão (Anexo D).

**5.1.1.3.5** O Fator de Conversão de Índice de Representação é fixado periodicamente e visa a corrigir distorções causadas por diferenças no custo de vida em determinados países/localidades.

**5.1.1.3.6** O Índice de Representação está previsto no Decreto nº 71.733, de 1973, e diferencia, de acordo com o cargo, função ou atividade exercidos no exterior, o valor dessa Indenização.

**5.1.1.3.7** A IREX, concedida aos Adidos Militares, será acrescida de tantos percentuais de “dez por cento” do seu valor básico, quantos sejam os casos de representação cumulativa:

- a) por país adicional;
- b) por Força Armada adicional; e
- c) com o Ministério da Defesa.

#### **5.1.1.4** Auxílio-Familiar

**5.1.1.4.1** É o quantitativo mensal devido ao militar, em serviço no exterior, a título de indenização para atender, em parte, à manutenção e às despesas de educação e assistência, no exterior, a seus dependentes.

**5.1.1.4.2** É um percentual calculado sobre a IREX, correspondente a:

- a) dez por cento para o cônjuge ou companheiro estável; e
- b) cinco por cento para cada dependente que acompanhar o militar para o exterior.

**5.1.1.4.3** Os dependentes citados na alínea “b” do item 5.1.1.4.2 são os relacionados no art. 21 da Lei nº 5.809, de 1972:

- a) filho, menor de vinte e um anos ou estudante menor de vinte e quatro, que não receba remuneração ou inválido ou interdito;
- b) filha solteira e mãe viúva que não recebam remuneração;
- c) enteado, adotivo, tutelado e curatelado, nas mesmas condições anteriores; e
- d) a mulher solteira, desquitada ou viúva, que viva, no mínimo, há cinco anos sob a dependência econômica do militar solteiro, desquitado ou viúvo, e enquanto persistir o impedimento legal de qualquer das partes para se casar.

#### **5.1.1.5** Ajuda de Custo de Exterior

**5.1.1.5.1** É a indenização paga adiantadamente ao militar para custeio das despesas de viagem, de mudança e da nova instalação.

**5.1.1.5.2** Seu valor integral é igual à soma de duas vezes o Soldo no Exterior (retribuição básica), mais duas vezes o Auxílio-Familiar e mais uma IREX.

**5.1.1.5.3** A ajuda de custo é paga:

- a) na Missão Permanente ou na Transitória com mudança de sede, com desligamento da OM e de duração igual ou superior a seis meses: pelo seu valor integral, sendo uma na ida e outra no regresso;

- b) na Missão Transitória com mudança de sede e de duração inferior a seis meses e igual ou superior a três meses: pela metade do valor integral no início da missão e pela quarta parte do valor integral no regresso; e
- c) na Missão Transitória com mudança de sede e de duração inferior a três meses: pela quarta parte do valor integral na ida e a oitava parte do valor integral no regresso.

#### **5.1.1.6 Diárias no Exterior**

**5.1.1.6.1** A diária no exterior é a indenização paga adiantadamente ao militar para o custeio das despesas de alimentação, de pousada e outras decorrentes do afastamento de sua sede, por motivo de serviço no exterior.

**5.1.1.6.2** O militar que, em Missão Permanente ou Transitória, vier a serviço ao Brasil, fará jus à diária em moeda nacional.

**5.1.1.6.3** Quando o militar, em Missão Permanente ou Transitória, afastar-se de sua sede no exterior, fará jus a diária no exterior, desde que a alimentação e hospedagem não tenha sido assegurada por instituição pública ou privada.

**5.1.1.6.4** As diárias serão concedidas por dia de afastamento da sede do serviço.

**5.1.1.6.4.1** O servidor ou militar fará jus somente à metade do valor da diária nos seguintes casos:

- a) quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede;
- b) no dia da partida do território nacional, quando houver mais de um pernoite fora do país;
- c) no dia da chegada ao território nacional;
- d) quando a União custear, por meio diverso, as despesas de pousada ou alimentação;
- e) quando o servidor ou militar ficar hospedado em imóvel pertencente à União ou que esteja sob administração do Governo Brasileiro ou de suas entidades; ou
- f) quando governo estrangeiro ou organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere custear as despesas com pousada ou alimentação.

**5.1.1.6.4.2** Caso o deslocamento exija que o servidor ou militar fique mais de um dia em trânsito, quer na ida ao exterior, quer no retorno ao Brasil, a concessão de diárias excedentes deve ser devidamente justificada.

**5.1.1.6.4.3** Não será devido o pagamento de diária ao servidor ou militar quando governo estrangeiro ou organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere custear as despesas com pousada e alimentação.

**5.1.1.6.5** Os valores das diárias no exterior, calculadas em dólares americanos, são fixados por ato do Poder Executivo e de acordo com a localidade da missão (Anexo F).

**5.1.1.6.6** As diárias no exterior contam-se pelo número de dias correspondentes à missão eventual para a qual foi nomeado ou designado o militar, incluindo-se, também, os dias da partida e da chegada.

**5.1.1.6.7** Os militares designados para missões eventuais deverão tomar conhecimento da Tabela de Valores das Diárias no Exterior, conforme o Anexo III do Decreto nº 71.733, de 1973.

**5.1.1.6.8** Em viagem para o exterior, quando ocorrer pernoite fora de sede no território nacional, a diária referente a esse dia será aquela paga no país.

**5.1.1.6.9** Quando a missão no exterior abranger mais de um país, adotar-se-á a diária aplicável ao país onde houver o pernoite; no retorno ao Brasil, prevalecerá a diária referente ao país onde o militar haja cumprido a última etapa da missão.

**5.1.1.6.10** Caso a missão seja alterada em qualquer item, como a quantidade de dias ou o país, conforme o relatório apresentado pelo militar, o órgão responsável pela missão deverá solicitar o apostilamento da portaria de designação. O acerto das diárias excedentes somente será executado mediante apresentação do apostilamento da Portaria e o preenchimento do Relatório Circunstanciado das Atividades Exercidas no Exterior, conforme modelo em orientações específicas da SDPP, com a indicação dos dias de partida e de chegada.

**5.1.1.6.11** A diária, relativa ao cumprimento de missão eventual, será devida no seu valor integral quando o militar ficar hospedado em imóvel pertencente ao Brasil ou que esteja sob administração do Governo Brasileiro e lhe for cobrada a indenização pela pousada, desde que a despesa seja devidamente comprovada.

**5.1.1.6.12** O militar, quando designado em ato próprio para acompanhar o CMTAER ou Ministro de Estado, fará jus à diária da Classe I da Tabela A do Anexo III do Decreto nº 71.733 de 18 de janeiro de 1973, conforme previsto no Decreto no 3.643, de 26 de outubro de 2000.

#### **5.1.1.7** Auxílio-Funeral no Exterior

**5.1.1.7.1** É o quantitativo destinado a atender as despesas com o funeral do militar em serviço no exterior, em missão permanente ou transitória.

**5.1.1.7.2** De acordo com o que determina a Lei nº 5.809, de 1972, aos dependentes do militar falecido em missão no exterior, será concedido o auxílio-funeral no exterior, de acordo com o valor da retribuição mensal que o militar recebia normalmente, no exterior.

#### **5.1.1.8** Décimo Terceiro Salário

**5.1.1.8.1** O militar em Missão Permanente ou Transitória fará jus ao Décimo Terceiro Salário proporcional ao número de meses em que permanecer no exterior em cumprimento da missão. Quando em Missão Eventual, o militar não fará jus a esse benefício.

**5.1.1.8.2** O valor da gratificação compreende a soma de:

- a) Soldo no Exterior;
- b) Gratificação no Exterior por Tempo de Serviço;

- c) Indenização de Representação no Exterior; e
- d) Auxílio-Familiar.

**5.1.1.8.3** O Décimo Terceiro Salário poderá ser pago em duas parcelas, a primeira, em junho, e, a segunda, em novembro ou dezembro. Para o militar cujo prazo de permanência no exterior não permita o pagamento em dezembro, o Décimo Terceiro Salário será pago no último pagamento a que fizer jus no exterior, de forma proporcional.

#### **5.1.1.9** Férias Remuneradas

**5.1.1.9.1** As Férias Remuneradas, previstas no inciso XVII do art. 7º da Constituição Federal, de 1988, e Parecer NR SR-76, de 1º de dezembro de 1988, da Consultoria Geral da República, serão pagas conforme abaixo:

- a) só fará jus ao benefício de um terço das férias remuneradas, em dólares americanos, o militar que contar com um ano de permanência no exterior e cada ano de missão no exterior corresponderá a apenas um benefício;
- b) o valor da remuneração das férias será de um terço da remuneração integral referente ao mês que o militar iniciar suas férias, qualquer que seja sua duração. Para o cálculo do benefício, será considerada a soma das seguintes parcelas,
  - Soldo no Exterior;
  - Gratificação no Exterior por Tempo de Serviço;
  - Indenização de Representação no Exterior; e
  - Auxílio-Familiar;
- c) a dispensa do serviço para desconto em férias (art. 261 do RISAER) não dá direito ao benefício, sendo ele pago, integralmente, quando forem gozados os dias restantes de férias;
- d) a desistência definitiva do período restante das férias não implicará na restituição do benefício; e
- e) o direito ao benefício dar-se-á após doze meses de missão no exterior.

**5.1.1.9.2** O militar, quando em missão no exterior, fará jus ao Auxílio Pré-Escolar referente ao dependente que permanecer no País, obedecidas as condições previstas no Decreto nº 977, de 10 de novembro de 1993.

#### **5.1.1.10** Auxílio-Moradia Exterior

**5.1.1.10.1** É o quantitativo devido ao militar, em missão permanente ou transitória no exterior, a título de indenização, para custeio de locação de residência, desde que satisfeitos os seguintes requisitos:

- a) não exista imóvel funcional disponível na sede no exterior, para uso pelo militar;
- b) o cônjuge ou companheiro do militar não ocupe imóvel funcional localizado na sede no exterior; e



- c) o militar ou seu cônjuge ou companheiro não seja proprietário, promitente comprador, cessionário ou promitente cessionário de qualquer imóvel na sede no exterior.

**5.1.1.10.2** O auxílio-moradia no exterior será concedido na forma de ressarcimento por despesa comprovada pelo servidor e conforme Seção X do Capítulo II da Lei 5.809 de 10 de outubro de 1972.

## **5.2 NAS MISSÕES PERMANENTES E TRANSITÓRIAS**

### **5.2.1 ANTES DO EMBARQUE**

**5.2.1.1** O militar, antes do embarque, terá direito à seguinte remuneração, no País, em moeda nacional:

- a) soldo;
- b) adicionais;
- c) gratificações; e
- d) outros direitos remuneratórios.

**5.2.1.2** O pagamento será efetuado, em moeda nacional, do primeiro dia a partir do qual foi considerado pago pela OM de origem até a véspera do embarque para o exterior.

**5.2.1.3** Até o acerto de contas do embarque efetuado pela sua Unidade Pagadora (GAP, GABAER ou Base), o militar deverá:

- a) restituir as importâncias recebidas a maior; e
- b) tomar as devidas providências junto às entidades consignatárias de forma a adequar a um novo instrumento contratual os descontos autorizados constantes na sua Folha de Pagamento, uma vez que não haverá mais o pagamento em moeda nacional e por consequência, os descontos em folha.

**5.2.1.4** No acerto de contas do embarque efetuado pela SDPP, o militar deverá recolher, antecipadamente, à SDPP, em moeda nacional, de uma só vez, as importâncias correspondentes aos descontos no fundo de saúde nacional dos dependentes que não seguirão para a localidade da missão. No caso de missão transitória sem mudança de sede, o militar também deverá recolher o fundo de saúde nacional de si próprio antecipadamente.

**5.2.1.5** As importâncias mencionadas no item 5.2.1.4 deverão ser pagas, obrigatoriamente, por meio de depósito efetuado na conta única do Tesouro Nacional, no Banco do Brasil, via Guia de Recolhimento da União, conforme orientações a serem fornecidas pela SDPP.

**5.2.1.6** O direito do militar à retribuição no exterior, em dólares americanos, se inicia na data de partida para o exterior dentro do período autorizado em portaria.

**5.2.1.7** Os valores correspondentes ao pagamento devido serão calculados pela SDPP e depositados na conta corrente do militar na Agência Miami do Banco do Brasil.

**5.2.1.8** O militar poderá optar pelo recebimento em espécie, de parcela do pagamento devido, por meio do saque efetuado em agência credenciada do Banco do Brasil, conforme Ofício de Autorização a ser emitido pela SDPP.

**5.2.1.8.1** O valor restante será transferido pela SDPP para a conta aberta na Agência de Miami do Banco do Brasil.

## **5.2.2 DURANTE SUA PERMANÊNCIA NO EXTERIOR**

**5.2.2.1** O militar terá direito, em moeda nacional as diárias decorrentes de viagens a serviço ao Brasil.

**5.2.2.2** O militar terá direito à seguinte retribuição, em dólares americanos, lançada em contracheque exterior (modelo conforme Anexo G):

- a) Soldo no Exterior;
- b) Gratificação no Exterior por Tempo de Serviço;
- c) Indenizações,
  - Indenização de Representação no Exterior;
  - Auxílio-Familiar;
  - Ajuda de Custo de Exterior;
  - Diárias no Exterior;
  - Auxílio-Funeral no Exterior;
  - Auxílio-Moradia no Exterior;
  - Décimo Terceiro Salário; e
  - Acréscimo de Um Terço da Retribuição por Motivo de Férias.

**5.2.2.3** A folha mensal fixa é constituída de:

- a) Receita:
  - Soldo no Exterior;
  - Gratificação no Exterior por Tempo de Serviço;
  - Indenização de Representação no Exterior; e
  - Auxílio-Familiar, se o militar levar dependente na missão;
- b) Despesa:
  - Imposto de Renda na Fonte;
  - Contribuição para a Assistência Médico-Hospitalar;
  - Fundo de Assistência Social da Aeronáutica; e
  - Pensão Militar.

## **5.2.3 APÓS O REGRESSO**

**5.2.3.1** Após o regresso da missão, a SDPP fará o acerto de contas da retribuição exterior, quando ocorrerá:

- a) a restituição pelo militar, em dólares americanos, das importâncias recebidas indevidamente; ou
- b) o pagamento ao militar, em dólares americanos, das importâncias decorrentes de diárias, gratificações, indenizações ou outros direitos devidos e não pagos.

**5.2.3.2** A SDPP solicitará à Unidade Pagadora do militar a reativação do pagamento nacional da data imediatamente após o dia que deixou a última localidade no exterior relacionada com a missão e conforme períodos autorizados em portaria.

### **5.3 NAS MISSÕES EVENTUAIS**

**5.3.1** A Unidade Pagadora do militar (GAP, GABAER ou Base) efetuará o pagamento das diárias exteriores por meio da portaria de designação da missão, no Sistema de Concessão de Diárias Exteriores (SCDP).

### **5.4 SUPRIMENTO DE FUNDOS**

**5.4.1** Para a Missão Eventual no exterior, cujo cumprimento exija a realização de despesas de representação, poderá ser concedido Suprimento de Fundos, mediante autorização do CMTAER, que fixará o seu valor. A concessão, a aplicação e a comprovação de Suprimento de Fundos obedecerá ao estabelecido no item 8 da ICA 172-4 “Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial dos Recursos Alocados às UG - País”.

**5.4.2** A SEFA alocará recursos ao GAP-DF ou GAP-GL para que o Ordenador de Despesas conceda Suprimento de Fundos a comandante de aeronave em viagem ao exterior, bem como, para missão de representação no exterior, devendo a autoridade proponente da missão solicitar os recursos julgados pertinentes junto ao EMAER, ODSA ou GABAER, dependendo da natureza da missão a ser cumprida.

**5.4.3** O Suprimento de Fundos concedido a comandante de aeronave destina-se à realização de despesas operacionais ou especiais decorrentes de viagem ao exterior, nos seguintes limites:

- a) para linhas regulares ou missões previstas em planos ou programas:
  - Europa .....US\$ 2,000.00 (dois mil dólares americanos); e
  - América do Norte.....US\$ 1,200.00 (mil e duzentos dólares americanos);
- b) para as demais missões, valor fixado conforme a duração da viagem, à razão de:
  - aeronaves a reação .....US\$ 350.00 (trezentos e cinquenta dólares americanos) diários;
  - aeronaves turboélices ou convencionais ...US\$ 250.00 (duzentos e cinquenta dólares americanos) diários.

#### **5.4.4 São despesas especiais:**

- a) manutenção de aeronave - contratação de serviços ou locação de equipamentos que objetivem o restabelecimento da disponibilidade, a realização de inspeções eventuais, bem como a aquisição de peças e componentes destinados à substituição de itens inoperantes, com o objetivo específico de permitir o prosseguimento da missão;
- b) reabastecimento - nas localidades e em condições de impossível reabastecimento na forma regular;
- c) obrigações aeroportuárias - taxas ou tarifas obrigatórias, devidas nos países sem reciprocidade de tratamento com o Brasil para gratuidade dessas obrigações;
- d) lanche de bordo - aquisição de lanche de bordo ou de artigos para seu preparo a bordo da aeronave;

- e) limpeza da aeronave - serviços extraordinários que não competirem a tripulante orgânico, prestados em locais de pernoite ou em pousos intermediários, no caso de as condições de higiene da aeronave exigirem a providência; e
- f) transporte de equipagem - gastos com deslocamento de membros da tripulação entre o aeroporto de permanência da aeronave e o local de pernoite e, ainda, outros deslocamentos decorrentes de atividades especificamente vinculadas ao cumprimento da missão.

**5.4.5** Estando prevista a realização de outras despesas, por força de condições peculiares do destino ou de escalas intermediárias, a autoridade ordenadora do Suprimento de Fundos poderá conceder um acréscimo correspondente ao valor estimado dessas despesas extraordinárias.

**5.4.6** O período de aplicação do Suprimento de Fundos será igual ao da respectiva missão e o prazo para sua comprovação de até quinze dias, contados a partir do término do período de aplicação.

**5.4.7** Para comprovação das despesas de Suprimentos de Fundos, deverão ser apresentados, obrigatoriamente, os respectivos comprovantes de despesas realizadas (Notas Fiscais, Recibos de Caixa e Faturas), conforme o estabelecido na ICA 172-4.

## **5.5 AJUSTE DE CONTAS NA IDA**

**5.5.1** O Ajuste de Contas, das Missões Permanentes ou Transitórias, será realizado após a entrega de toda documentação à SDPP.

**5.5.2** O militar nomeado/designado para missão Permanente ou Transitória no exterior deverá:

- a) apresentar os seguintes documentos à SDPP:
  - Guia de Remuneração da OM de origem; e
  - cópia do Decreto ou Portaria de nomeação ou designação;
  - orientações da SDPP assinadas;
  - Ofício Judicial de pensão alimento para processamento em folha de pagamento, se for o caso; e
  - Termo de Compromisso de pagamento de pensão alimento, se for o caso e conforme orientações da SDPP.
- b) preencher e assinar a Declaração de Embarque;
- c) recolher os valores do Fundo de Saúde Nacional, se for o caso; e
- d) receber a remuneração a que faz jus em moeda estrangeira.

**5.5.3** A Declaração de Embarque deverá ser devidamente preenchida, sendo anexadas as cópias de bilhetes de passagens do militar e de seus dependentes.

**5.5.4** O Militar responsável pelo pagamento da pensão alimentícia, quando for o caso, deverá entregar à SDPP um termo de compromisso, conforme modelo previsto em orientações específicas da SDPP.

**5.5.5** Na Declaração de Embarque, constarão os dependentes legalmente habilitados, conforme assentamentos do militar e de acordo com o art. 21 da Lei nº 5.809, de 1972, devendo ser indicados os que permanecerão no Brasil, assim como declarado o parecer da inspeção de saúde para fins da missão no exterior daqueles dependentes que seguirão na missão.

**5.5.6** Além dos casos previstos em lei, sobre descontos obrigatórios a favor da Fazenda Nacional, em moeda estrangeira, os descontos que incidirem sobre a retribuição do militar em serviço no exterior, em Missão Permanente ou Transitória, serão:

- a) processados na forma adiante estabelecida:
  - desconto mensal na folha de pagamento exterior; e
  - recolhimento mensal pelo militar dos encargos de Pensão Alimentícia até o quinto dia do mês de competência;
- b) somente no caso de missão transitória sem mudança de sede, deverá ocorrer o recolhimento antecipado pelo interessado, em moeda nacional, de uma só vez, por ocasião do ajuste de contas com a SDPP, do valor correspondente ao desconto obrigatório do Fundo de Saúde relativo à duração total da missão; e
- c) no caso de missão permanente ou transitória com mudança de sede, nas quais os dependentes não embarquem, por força da missão ou por vontade do militar, deverá ocorrer o recolhimento antecipado pelo interessado, em moeda nacional, por ocasião do ajuste de contas com a SDPP, do valor correspondente ao desconto obrigatório do Fundo de Saúde relativo à duração total da missão.

**5.5.7** Como recolhimento antecipado, fica entendido o pagamento antes da viagem ao exterior, por ocasião do ajuste de contas.

**5.5.8** Os militares, optantes pela modalidade de recolhimento antecipado em moeda nacional, que atrasarem o recolhimento por mais de trinta dias, passarão a ser descontados, automaticamente, pela SDPP, em dólares americanos e no valor equivalente.

**5.5.9** O pagamento da Ajuda de Custo será efetuado considerando-se, no seu cálculo, o número de dependentes que acompanham o militar. O pagamento da parcela da Ajuda de Custo, relativa aos dependentes que permanecerem no Brasil, será efetuado à medida que os seus deslocamentos para o exterior se realizem até o final do período de trânsito, mediante publicação em boletim pela Organização de vinculação do militar durante a missão exterior.

**5.5.10** A Ajuda de Custo devida a militar nomeado ou designado para realizar missão que abranja mais de uma sede será devida conforme o art. 23 da Lei nº 5.809/1972, devendo a mudança de sede estar prevista em portaria de designação do militar.

**5.5.11** O Auxílio-Familiar será calculado em função do número de dependentes que efetivamente acompanharem o militar para o exterior, de acordo com previsto no art. 21 da Lei nº 5.809, de 1972, e estejam declarados nos seus assentamentos.

**5.5.12** Quando, por algum motivo, o dependente de militar em missão no exterior regressar ou vier ao Brasil, mesmo em caráter eventual, caberá ao militar a responsabilidade de comunicar

a OM de vinculação, por meio do endereço eletrônico funcional, anexando os comprovantes de viagem. Exemplo:

- a) militar vinculado à DIRAP encaminhará diretamente a essa OM, por meio de mensagem eletrônica, a fim de publicar em boletim para encaminhamento à SDPP.
- b) militar vinculado ao EMAER encaminhará diretamente a essa OM, por meio de mensagem eletrônica, a fim de ser encaminhada à SDPP.

**5.5.13** Qualquer que seja a localidade de destino da missão, a SDPP depositará a retribuição do militar na sua conta corrente a ser aberta na Agência do Banco do Brasil em Miami.

**5.5.14** Sobre a retribuição mensal no exterior, incidirá o desconto do Imposto de Renda na Fonte.

**5.5.15** Mensalmente, será descontado do militar a sua parcela da contribuição para o Fundo de Saúde e Fundo de Assistência Social da Aeronáutica, em dólares americanos, de acordo com os percentuais fixados em portaria do CMTAER.

**5.5.16** O COMAER não se responsabilizará pelo pagamento de taxa bancária cobrada ao militar em missão no exterior por transferência de valor entre contas correntes ou manutenção da conta corrente do militar no exterior.

## **5.6 PROVIDÊNCIAS DE ORGANIZAÇÕES MILITARES (OM)**

**5.6.1** O Gestor de Finanças da Unidade Pagadora de origem do militar movimentado para o exterior deverá estabelecer as seguintes providências:

- a) confeccionar a Guia de Remuneração do militar, considerando-o pago até o último dia anterior ao seu embarque para o exterior, considerando o período de autorização de ausência do país, definido na portaria de designação do militar, fazendo constar,
  - todos os direitos remuneratórios e os descontos no mês do último pagamento;
  - os direitos remuneratórios e os descontos que seriam processados no mês seguinte ao do desligamento;
  - os dados cadastrais da Pensionada de Alimentos, ou seja, nome, endereço, CPF, identidade, banco, agência e número da conta corrente, no caso de militar que pague Pensão Alimentícia, anexando uma cópia da sentença que estabeleceu a Pensão;
  - a importância e o mês do pagamento do Adicional Natalino concedido;
  - data da última concessão do auxílio-fardamento; e
  - o tempo de efetivo serviço do militar designado para missão no exterior, em coordenação com o Setor de Pessoal da OM;
- b) tão logo o Gestor de Finanças tome conhecimento de nomeação/designação de militar para missão no exterior, permanente ou transitória, e da data de seu embarque deverá enviar, via Ofício, para a SDPP a Guia de Remuneração do militar;
- c) alterar, obrigatoriamente, a folha de pagamento do militar, utilizando o Status "E";

- d) providenciar os acertos de todas as alterações financeiras em moeda nacional que ocorrerem após a confecção da Guia de Remuneração; e
- e) em coordenação com o Setor de Pessoal da OM, informar, também, o tempo de efetivo serviço do militar designado para missão no exterior.

**5.6.2** A SDPP, de posse da Guia de Remuneração e da Declaração de Embarque, deverá:

- a) efetuar os cálculos dos direitos remuneratórios a pagar e dos descontos a recolher conforme a Lei de Retribuição no Exterior; e
- b) providenciar o ofício de autorização de abertura de conta e os formulários necessários à abertura de conta corrente para o militar ou servidor, junto ao Banco do Brasil S.A.

## **5.7 EDUCAÇÃO DE DEPENDENTES, NO EXTERIOR, FORA DO PAÍS-SEDE**

**5.7.1** Quando o militar, em Missão Permanente ou Transitória com mudança de sede, tiver que educar no exterior, fora do país sede de sua missão, os dependentes, o seu Auxílio-Familiar terá um acréscimo de um quantitativo igual a um trinta avos do maior valor de IREX atribuído a Chefe de Missão Diplomática, após análise e autorização do EMAER, sendo os seguintes dependentes amparados por lei:

- a) filho, menor de 21 (vinte e um) anos ou estudante menor de 24 (vinte e quatro) anos que não receba remuneração ou inválido ou interdito;
- b) filha solteira, que não receba remuneração; e
- c) enteados, adotivos, tutelados e curatelados, nas mesmas condições das letras anteriores.

**5.7.2** O militar na situação indicada no item 5.7.1 desta Instrução terá direito, também, a passagens via aérea, que possibilitem aos dependentes citados no referido item reunirem-se à família na sede no exterior, anualmente, no período mais longo de férias escolares.

**5.7.3** O direito ao acréscimo relativo ao Auxílio-Familiar para o militar e às passagens aéreas anuais para seus dependentes, ocorre quando o país-sede da missão constar da “Relação de Países ou Áreas para Efeitos de Acréscimo” relacionados nas listas “A” e “B” anexas ao Decreto nº 72.288, de 21 de maio de 1973 (Anexo J).

**5.7.4** Nos países ou áreas constantes da Lista “B”, mencionada no item 5.7.3, o acréscimo e as passagens aéreas anuais só serão concedidos quando houver insuficiência de estabelecimentos de ensino, no país ou área sede da missão, em relação ao nível de escolaridade e área de especialização do dependente.

**5.7.5** Nas situações dos itens 5.7.1 a 5.7.4, caberá ao militar comunicar o fato, à OM de vinculação, por meio do endereço eletrônico funcional, informando o país em que seu dependente pretende realizar seu curso no exterior. A OM de vinculação do militar deverá submeter o caso à análise do EMAER e se for autorizado, deverá providenciar a publicação da autorização e concessão em boletim. Exemplo:

- a) militar vinculado à DIRAP encaminhará diretamente a essa OM por meio de mensagem eletrônica, a fim de ser publicado em boletim e encaminhado à SDPP.

- b) militar vinculado ao EMAER encaminhará diretamente a essa OM por meio de mensagem eletrônica, a fim de ser publicado em boletim e encaminhado à SDPP.



## **6 DURANTE A PERMANÊNCIA NO EXTERIOR**

### **6.1 IMÓVEL RESIDENCIAL DO COMANDO DA AERONÁUTICA**

**6.1.1** O militar que ocupar imóvel residencial no exterior, adquirido ou contratado pelo COMAER, contribuirá, mensalmente, mediante desconto em folha, com importância correspondente a 7,5%, 6,5% e 5,5% do soldo no exterior, para Oficial General, demais Oficiais e Praças, respectivamente. O produto do desconto será recolhido à Gestão Fundo Aeronáutico. Os referidos imóveis deverão ser desocupados com antecedência que permita que os militares substitutos possam ocupá-los no dia do início de suas missões.

**6.1.2** O Militar comunicará à sua OM de vinculação as datas de ocupação e desocupação dos imóveis, para publicação em Boletim Interno. Os acertos no contracheque serão feitos pela SDPP após recebimento da publicação no Boletim Interno.

### **6.2 PROVIDÊNCIAS QUANTO À RETRIBUIÇÃO**

O militar designado para a missão no exterior deverá:

- a) abrir conta corrente, em agência bancária do Banco do Brasil S.A., em Miami para fim de recebimento da remuneração no exterior, a ser depositada pela SDPP;
- b) informar à sua OM de vinculação durante a missão no exterior, para a devida publicação em boletim e encaminhamento à SDPP, qualquer alteração dos direitos remuneratórios que venha a ocorrer, tais como: nascimento de filho, ano de efetivo serviço prestado, retorno de dependente ao Brasil, retorno do militar em missão transitória ao Brasil que não seja a serviço, chegada de dependente ao exterior, exclusão de dependente maior de vinte e quatro anos, comprovação de dependente menor de vinte e quatro anos, se estudante, viagem a serviço, promoção, férias e outros;
- c) consultar o site da SDPP e obter o Comprovante de Rendimentos do Ano-Base, para fins de declaração do Imposto de Renda;
- d) consultar o site da SDPP e obter os contracheques mensais; e
- e) informar a sua data de embarque para o exterior (saída do Brasil) e de seus dependentes à sua OM de vinculação durante a missão no exterior, para a devida publicação em boletim e encaminhamento à SDPP.

### **6.3 ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR**

**6.3.1** Ao militar que se encontre no exterior em missão permanente, transitória ou eventual, e a seus dependentes autorizados a acompanhá-lo, será prestada assistência à saúde em organizações de saúde dos respectivos países, com os mesmos direitos relativos à assistência prestada em território nacional, desde que verificada a impossibilidade ou inconveniência de evacuação para o Brasil pela DIRSA.

**6.3.2** A assistência à saúde de que trata o item 6.2.1 será prestada, nesta ordem de prioridade:

- a) por Organizações de Saúde das Forças Armadas do país onde estiver sediado o militar, dentro de uma política de reciprocidade de tratamento ou através de convênio, acordo ou entendimento;

- b) por outras Organizações de Saúde na sede da missão, mediante convênio, contrato, entendimento ou seguro de saúde, conforme as peculiaridades do respectivo país ou localidade; ou
- c) através de ressarcimento das despesas com a autorização prévia da SARAM.

**6.3.2.1** Os procedimentos necessários para ressarcimento de despesas com a assistência à saúde, na alínea “c” do item 6.2.2, deverão seguir as condições abaixo:

- a) solicitar autorização prévia à DIRSA/SARAM ou, nos casos de missão eventual, diretamente à Organização Credenciante no Brasil a qual estiver vinculado;
- b) pagar as despesas diretamente à Organização de Saúde no exterior; e
- c) solicitar o ressarcimento das despesas através de requerimento, conforme previsto em Instrução específica da DIRSA/SARAM.

**6.3.3** Em casos de comprovada urgência e/ou emergência, quando não houver a possibilidade de solicitação e/ou emissão de autorização prévia para o ressarcimento de despesas em saúde, o militar deverá, em prazo não superior a 48 horas úteis do calendário oficial brasileiro, comunicar o fato à DIRSA/SARAM, à Organização Credenciante de vinculação (nos casos de missão eventual) ou a uma das seguintes autoridades: Comandante, Diretor ou Chefe do militar, ou maior autoridade da respectiva Força com jurisdição na área, ou a autoridade militar para tal designada. Em todos os casos, a comunicação de urgência/emergência deverá sempre ser transmitida à DIRSA/SARAM para as medidas cabíveis.

**6.3.4** Excetuando-se os casos de urgência/emergência, as solicitações de ressarcimento sem autorização prévia de ressarcimento pela SARAM ou Organização Credenciante (nos casos de missão eventual) serão caracterizadas como livre escolha pelo beneficiário, situação em que o COMAER fica desincumbido da responsabilidade de arcar com as despesas que decorrerem desse uso.

**6.3.5** A solicitação de autorização prévia para ressarcimento de despesas de saúde deverá sempre ser encaminhada pelo militar à SARAM ou à Organização Credenciante responsável (no caso de missão eventual ao exterior) via endereço eletrônico oficial (...@fab.mil.br), para que sejam submetidas a auditoria prospectiva em tempo hábil. Excetuam-se os casos previstos no item 6.2.3.

**6.3.6** Uma vez realizado o procedimento, o militar encaminhará a solicitação de ressarcimento à SARAM ou à Organização Credenciante responsável (no caso de missão eventual ao exterior) via endereço eletrônico oficial (...@fab.mil.br), dentro de um prazo de até 60 (sessenta) dias após a realização do procedimento.

**6.3.6.1** As despesas em saúde serão ressarcidas em 80% (oitenta por cento) do seu valor, com base na conversão oficial da moeda estrangeira para a moeda nacional americana (nos casos de missão permanente ou transitória) ou para a moeda nacional brasileira (nos casos de missão eventual), na data da emissão do documento fiscal.

**6.3.6.2** Os seguintes documentos devem estar, obrigatoriamente, anexos à solicitação de ressarcimento:

- a) Autorização para Ressarcimento (ARE), exceto nos casos previstos no item 6.2.4 desta Instrução (quando deverá ser anexado parecer do profissional de saúde que realizou o procedimento, com diagnóstico, indicação clínica e fundamentação da urgência/emergência para análise, além de descrição detalhada do caso pelo militar e indicação da autoridade que foi comunicada em 48h do ocorrido);
- b) recibo original do pagamento de despesas e discriminação das mesmas, em se tratando de pessoas físicas ou profissionais autônomos;
- c) nota fiscal original discriminativa do pagamento de despesas, no caso de atendimento por entidades jurídicas;
- d) demonstrativo de despesas com os procedimentos realizados, materiais, medicamentos, taxas e outros gastos associados, se houver;
- e) notas fiscais originais emitidas por entidades jurídicas referentes a fornecimentos de materiais, próteses e outros;
- f) documento que comprove que o militar está em missão (nos casos de missão eventual); e
- g) comprovante de conversão de moeda do Banco Central do Brasil, da data de emissão dos comprovantes de despesas.

**6.3.7** O EMAER, quando julgar conveniente, incumbirá o Adido de propor celebração de convênios ou contratos com entidades governamentais ou com instituições privadas da área de saúde dos países onde as missões estejam sendo realizadas, a fim de proporcionar a prestação de assistência médico-hospitalar ao militar e ao seu dependente.

**6.3.7.1** A DIRSA emitirá parecer técnico a respeito do instrumento contratual proposto pelo Adido Militar e anexará ao processo o parecer da sua Assessoria Jurídica, restituindo-o ao EMAER.

**6.3.8** Nos casos do item 6.2.7, o EMAER remeterá à DIRSA, por intermédio do COMGEP, a proposta de celebração de convênio ou contrato encaminhada pelo Adido, para análise e emissão de parecer técnico sobre a sua conveniência e a viabilização de instrumentos contratuais.

**6.3.9** Aplicar-se-á ao militar em missão no exterior o atendimento médico especificado na IMA 160-24 “Instruções Reguladoras da Assistência Médico-Hospitalar”.

**6.3.10** Conforme previsto no item 4.6.1.1.2, a respeito de transporte do militar e de seus dependentes, o militar que necessitar para si ou para seu dependente de tratamento especializado que, por recomendação da DIRSA, deva ser realizado no Brasil, terá direito ao transporte e, se necessário, de acompanhante, do local da missão no exterior para aquele onde for indicado o tratamento e o retorno à localidade de origem.

**6.3.11** Aplicar-se-á ao militar em missão no exterior o previsto nas Normas e Ordens Técnicas que disciplinam a assistência à saúde no SISAU.

**6.3.12** Aplica-se o disposto no item 6.2 desta Instrução ao militar na inatividade que se encontre no exterior em missão oficial.

#### **6.4 DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS**

**6.4.1** A declaração de rendimentos auferidos será efetuada pelo militar no país da missão, ou por seu procurador legalmente instituído no Brasil, na época oportuna e de acordo com instruções da Secretaria da Receita Federal.

**6.4.2** Compete à SDPP disponibilizar, para consulta pelos militares, os comprovantes de rendimentos das fontes pagadoras SDPP e SDPP Exterior na página da SDPP na internet.

**6.4.3** Para o militar que, no ano-base, receber rendimentos somente em moeda nacional, o manual de orientação é o mesmo em uso no Brasil.

**6.4.4** O militar que receber rendimentos em moeda nacional e em dólar norte-americano deverá declarar os dois rendimentos ao preencher o formulário de declaração de imposto de renda.

**6.4.5** A restituição do Imposto de Renda, devida ao militar, quando for o caso, será efetuada pela Receita Federal por meio da Declaração de Imposto de Renda Anual.

#### **6.5 OUTRAS DISPOSIÇÕES**

**6.5.1** Cabe ao Militar em Missão Transitória com mudança de sede ou Permanente enviar à Adidância cópia da sua Declaração de Embarque, para que o Adido mantenha um cadastro dos militares e dos seus dependentes a eles jurisdicionados.

**6.5.2** No caso de o militar designado para missão transitória que, por imposição do serviço, não possa levar seus dependentes para o exterior e estes permaneçam ocupando Próprio Nacional Residencial, devidamente autorizados, o pagamento correspondente à taxa de uso será efetuado pelo militar ou pessoa por ele autorizada mediante recolhimento à respectiva Prefeitura.

## **7 CONCLUSÃO DE MISSÃO**

### **7.1 CLASSIFICAÇÃO**

**7.1.1** O COMGEP/DIRAP deverá tomar providências para que o militar, regressando por término de missão ou curso no exterior, seja classificado na OM de destino, conforme legislação específica, com a devida antecedência, de modo a possibilitar a definição do meio de transporte de bagagem e da reserva de passagens e ainda a facilitar a matrícula de seu dependente em colégio ou universidade.

**7.1.2** Nas Missões Permanente e na Transitória com mudança de sede, essa classificação dar-se-á no mínimo, três meses antes da data de desligamento da sede no exterior. A CAB correspondente ao País Sede, o Adido e o militar serão avisados pelo COMGEP/DIRAP.

**7.1.3** Ao término da missão técnico-administrativa do tipo permanente, de natureza militar, o militar deverá ser classificado em OM no Brasil pertencente ao mesmo ODS ao qual se subordina a OM no exterior.

### **7.2 AJUDA DE CUSTO**

Em missão permanente ou transitória, o militar deverá informar a sua OM de vinculação durante a missão no exterior as datas do término da missão e do trânsito, além do dia de saída do último aeroporto estrangeiro, com a finalidade de publicá-las em boletim interno, bem como o direito a concessão de ajuda de custo de exterior, se for o caso. Somente a partir do recebimento do boletim com matéria financeira publicada, a SDPP efetuará o saque da ajuda de custo de regresso no contracheque exterior do militar em missão permanente ou transitória com mudança de sede.

**7.2.1** A concessão do direito da ajuda de custo publicada em boletim pela OM de vinculação do militar deverá dar entrada na SDPP até o último dia do antepenúltimo mês da missão, de modo que o militar possa receber a ajuda de custo no último mês da missão.

### **7.3 PASSAGENS**

**7.3.1** Em Missão Permanente ou Transitória, o militar comunicará à CABW ou CABA, com no mínimo noventa dias de antecedência, a data prevista para o término de sua missão e a de regresso ao Brasil, a fim de que sejam providenciadas as passagens necessárias.

**7.3.2** O militar tem direito ao transporte de pessoal (passagem) por retorno antecipado de dependentes e deverá solicitar as passagens à CAB com sessenta dias de antecedência da data prevista para a viagem para que as mesmas sejam providenciadas, na modalidade “por conta da União”.

### **7.4 TRANSPORTE DE BAGAGEM**

**7.4.1** No regresso ao Brasil, o militar terá direito a transportar a sua bagagem “por conta da União”, de acordo com a Lei nº 5.809, de 1972, e o Decreto nº 71.733, de 1973, e a “Tabela de Cubagem e Peso”, constante do Anexo E, desta Instrução.

**7.4.2** Em Missão Permanente ou Transitória, o militar comunicará à CAB de vinculação ao país da missão, com sessenta dias de antecedência, a data prevista para o término de sua missão e a de regresso ao Brasil, a fim de que seja providenciado o transporte da bagagem.

**7.4.3** Dentro do prazo acima, o militar apresentará à CAB de vinculação ao país da missão sua Declaração de Família/Dependentes e solicitará o transporte na modalidade “por conta da União”.

**7.4.4** Ao militar, no regresso ao Brasil, será assegurado o pagamento das taxas, emolumentos, despacho, capatazia e outras despesas atinentes ao desembarço da bagagem, de modo a proporcionar-lhe a sua translação de porta a porta.

**7.4.5** São da responsabilidade do militar as despesas relativas aos impostos aduaneiros, direitos e taxas de importações, bem como, quaisquer outras despesas acarretadas pela retenção da bagagem (mais de quinze dias no cais do porto), quando ocorrida por motivo que lhe seja imputável (§ 6º do art. 32 do Decreto nº 71.733, de 1973).

**7.4.6** Com relação aos direitos alfandegários, a matéria é regida por instruções da Secretaria da Receita Federal, devendo o militar procurar os consulados brasileiros ou aquela Secretaria que estão capacitados orientá-lo.

## **7.5 DESLIGAMENTO**

Com referência às Missões Permanentes ou Transitórias, considera-se como data de desligamento de sua sede no exterior, conforme o Parágrafo Único do art. 9º do Decreto nº 71.733, de 1973, aquela em que o militar após ter passado a função, terminado o curso ou missão para o qual foi designado e houver gozado, total ou parcialmente, o período de trânsito a que tem direito e deixar o último aeroporto estrangeiro relacionado com a missão.

## **7.6 ATESTADO, CERTIDÃO E DIPLOMA**

No regresso ao Brasil, é recomendável que seja providenciado o registro dos Atestados, Certidões e Diplomas próprios e de seus familiares, na Embaixada Brasileira ou no Consulado.

## **7.7 AJUSTE DE CONTAS NO REGRESSO**

### **7.7.1 NA MISSÃO PERMANENTE OU TRANSITÓRIA**

**7.7.1.1** O militar, imediatamente após regressar do exterior, deverá enviar à SDPP, para o ajuste de contas, a Declaração de Regresso assinada, conforme modelo previsto em orientações específicas da SDPP.

**7.7.1.2** Cabe à SDPP providenciar:

- a) a reativação do pagamento nacional do militar a partir da data de retorno ao Brasil, conforme Declaração de Regresso apresentada e prazos autorizados na portaria de designação para a missão;
- b) a implantação do desconto da pensão alimentícia, se for o caso; e

- c) os acertos do pagamento exterior, se houver, que estejam relacionados com a missão.

## **7.7.2 NA MISSÃO EVENTUAL**

**7.7.2.1** O militar deverá preencher o Relatório Circunstanciado das Atividades Exercidas no Exterior, conforme modelo previsto em orientações específicas da SDPP e enviá-lo à sua Unidade Pagadora na qual recebeu suas Diárias pelo Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP), com a finalidade de prestar contas acerca do cumprimento da missão.

**7.7.2.2** Quando houver apostilamento de Missão Eventual, o militar deverá se dirigir a sua Unidade Pagadora de Diárias para receber o complemento de diárias ou restituir o excedente.

## **8 DISPOSIÇÕES GERAIS**

**8.1** Ao militar nomeado/designado para Missão Permanente ou Transitória no exterior será enviada, pelo GABAER (Assessoria de Pessoal - GC1), uma cópia desta Instrução impressa, ou por meio magnético ou correio eletrônico, e do ato de nomeação ou designação.

**8.2** Os Adidos ou os Chefes de missão no exterior poderão enviar ao militar nomeado ou designado informações gerais sobre o país, para permitir uma adaptação rápida e adequada.



## **9 DISPOSIÇÕES FINAIS**

**9.1** Os casos não previstos nesta Instrução deverão ser submetidos à apreciação do CMTAER, ouvido o EMAER.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. *Decreto-Lei nº 1.394, de 27 de fevereiro de 1975*. Altera a redação do parágrafo único do art. 14 da Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972. [Brasília, DF], 1975.

BRASIL. *Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972*. Lei de Retribuição no Exterior. [Brasília, DF], 1972.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980*. Estatuto dos Militares. [Brasília, DF], 1980.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 7.795, de 10 de julho de 1989*. Altera o art. 8º da Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972. [Brasília, DF], 1973.

BRASIL. *Lei nº 13.328, de 29 de julho de 2016*. Altera os art. 1º, 7º, 8º, 14º, 17º, 22º, 27º, 28º, 29º, 30º, 37º, 43º, 44º, 45º, 56º, 57º, 58º e 59º da Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972. [Brasília, DF].

BRASIL. *Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973*. Regulamenta a Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, que dispõe sobre a retribuição e direitos do pessoal civil e militar da União no exterior. Alterado pelos Decretos nº 81.249, de 23 de janeiro de 1978, nº 95.670, de 26 de janeiro de 1988, nº 486, de 7 de abril de 1992, nº 72.607, de 14 de agosto de 1973, nº 95.252, de 18 de novembro de 1987, e nº 75.430, de 27 de fevereiro de 1975. [Brasília, DF], 1973.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 72.021, de 28 de março de 1973*. Discrimina os órgãos cujos cargos, funções ou atividades desempenhados nas condições da Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, são considerados permanentes. Alterado pelos Decretos nº 87.147, de 24 de maio de 1982, e nº 91.256, de 20 de maio de 1985. [Brasília, DF], 1973.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 72.288, de 21 de maio de 1973*. Estabelece os casos especiais que dão direito ao acréscimo do auxílio-familiar previsto na Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972. [Brasília, DF], 1973.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 72.608, de 14 de agosto de 1973*. Altera a lista de casos especiais que dão direito ao acréscimo do auxílio-familiar previsto na Lei de Retribuição no Exterior. [Brasília, DF], 1973.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 74.846, de 6 de novembro de 1974*. Dispõe sobre a obrigatoriedade de inspeção de saúde do servidor público civil ou militar, indicado para missão no exterior. [Brasília, DF], 1974.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 8.654, de 28 de janeiro de 2016*. Aprova o Regulamento para Adidos, Adjuntos e Auxiliares de Adidos Militares das Forças Armadas junto às Missões Diplomáticas Brasileiras. [Brasília, DF], 2016.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 90.500, de 13 de novembro de 1984*. Inclui Oficiais e Praças para servirem no Programa AM-X, na Itália, na CABE. [Brasília, DF], 1984.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 93.577, de 13 de novembro de 1986*. Atribui ao militar do posto de Capitão-de-Mar-e-Guerra ou Coronel, integrante da RBJID, o enquadramento no índice 70, para fins da Indenização de Representação no Exterior. [Brasília, DF], 1986.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 5.978, de 4 de dezembro de 2006*. Dá nova redação ao Regulamento de Documentos de Viagem. [Brasília, DF], 2006.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 5.294, de 1º de dezembro de 2004*. Fixa a lotação dos Adidos, Adjuntos e Auxiliares de Adidos Militares junto às representações diplomáticas no exterior e dá outras providências. [Brasília, DF], 2004.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 3.629, de 11 de outubro de 2000*. Dispõe sobre o exercício de função militar e dá outras providências. [Brasília, DF], 2000.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 3.643, de 26 de outubro de 2000*. Dispõe sobre diárias do pessoal civil da Administração Pública Federal direta, indireta e fundacional, e do militar, no País e no exterior, altera dispositivos do Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973, e dá outras providências. [Brasília, DF], 2000.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 4.307, de 19 de julho de 2002*. Regulamenta a Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, que dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nº 3.765, de 4 de maio de 1960, e nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências. [Brasília, DF], 2002.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 6.907, de 21 de julho de 2009*. Altera dispositivos dos Decretos nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973, nº 825, de 28 de maio de 1993, nº 4.307, de 18 de julho de 2002, e nº 5.992, de 19 de dezembro de 2016, que dispõe sobre diárias de servidores e de militares. [Brasília, DF], 2009.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 6.576, de 25 de setembro de 2008*. Altera a Tabela “A” do Anexo III ao Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973, que regulamenta a Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, que dispõe sobre a retribuição e direitos do pessoal civil e militar em serviço da União no exterior. [Brasília, DF], 2008.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 8.594, de 18 de dezembro de 2015*. Altera o Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973, que regulamenta a Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, que dispõe sobre retribuição e direitos do pessoal civil e militar em serviço da União no Exterior. [Brasília, DF], 2015.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 4.832, de 5 de setembro de 2003*. Altera o art. 2º do Decreto nº 3.629, de 11 de outubro de 2000, que dispõe sobre o exercício de função militar. [Brasília, DF], 2003.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. *Portaria nº R 554/GC1, de 22 de abril de 2014*. Estabelece as instruções para a Designação de Graduados para Missões no exterior: **(ICA 39-1)**. [Brasília, DF], 2014.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. *Portaria nº 1.618/GC1, de 1º de novembro de 2017*. Estabelece as instruções para a Designação de Oficiais para Missões no Exterior: **(ICA 36-7)**. [Brasília, DF], 2017.

\_\_\_\_\_. *Portaria nº 238/GC6, de 30 de março de 2001*. Fixa a Contribuição Mensal Obrigatória para o Fundo de Saúde e para a Assistência Social da Aeronáutica, [Brasília, DF], 2001.

\_\_\_\_\_. *Execução, em tempo de paz, do transporte, em território nacional, dos militares da Aeronáutica: (ICA 177-31)*. [Brasília, DF], 2004.

BRASIL. Consultoria Geral da União. *Parecer SR-76, de 1º de dezembro de 1988 (RD 6422/GM6, de 7 de dezembro de 1988)*. [Brasília, DF], 1988.

BRASIL. Estado-Maior das Forças Armadas. *Portaria EMFA nº 1.888/SC-5, de 12 de junho de 1987*, alterada pela Portaria EMFA nº 2.297/SC-5, de 1º de agosto de 1989. Aprova normas para o pagamento da Gratificação Natalina aos militares da ativa, inativos e pensionistas das Forças Armadas. [Brasília, DF], 1987.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. *Portaria nº 1.008, de 5 de julho de 2017*. Aprova a 1ª Modificação do Regulamento Interno dos Serviços da Aeronáutica (RISAER). [Brasília, DF], 2017.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Portaria Normativa nº 635/MD, de 30 de outubro de 2002*. Estabelece a obrigatoriedade do planejamento orçamentário e financeiro no âmbito da administração central do Ministério da Defesa e referente às despesas de viagem a serviço. [Brasília, DF], 2002.

BRASIL. Secretaria da Receita Federal. *Instrução Normativa da SRF, de 8 de agosto de 1984*. Dispõe sobre o tratamento tributário relativo à bagagem. [Brasília, DF], 1984.

**Anexo A – Tabela de Escalonamento Vertical da Retribuição Básica**  
**(Anexo I – Tabela II da Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972 – Para cálculo do soldo)**

<b>POSTO OU GRADUAÇÃO</b>	<b>ÍNDICE</b>
Tenente-Brigadeiro	100
Major-Brigadeiro	94
Brigadeiro	88
Coronel	80
Tenente-Coronel	76
Major	72
Capitão	64
Primeiro-Tenente	55
Segundo-Tenente	50
Aspirante a Oficial e Suboficial	46
Primeiro-Sargento	43
Segundo-Sargento	37
Terceiro-Sargento	34
Taifeiro-Mor	28
Taifeiro de Primeira-Classe	26
Taifeiro de Segunda-Classe	25
Cabo (Engajado)	24
Soldado de 1ª Classe (especializados, cursados e engajados)	17
Soldado de 1ª Classe (não especializado)	14
Cadete (último ano)	13
Soldado de 2ª Classe	12
Cadete (demais anos), Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva	8
Cabo (não engajado)	7
Aluno de Escola de Formação de Sargentos	6
Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (último ano)	5
Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (demais anos), Soldado de 2ª Classe (não engajados)	4

**Anexo B – Tabela de Fatores de Conversão de Índice de Representação**

**(Anexo II do Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973 - Para cálculo da IREX)**

<b>País ou região</b>	<b>Posto</b>	<b>Fator de conversão</b>
Afeganistão	Cabul – FCG	85,28
África do Sul	Cidade do Cabo - FCG	45,11
	Pretória	47,32
Albânia	Tirana	51,52
Alemanha	Frankfurt	66,78
	Munique	66,78
	Berlim – FCG	68,94
Angola	Luanda – FCG	86,58
Antártica	Antártica	99,86
Antígua e Barbuda	Saint John's	44,59
Arábia Saudita	Riade	66,24
	Jeddah (Jiddah) - FCG	66,24
Argélia	Argel – FCG	57,60
Argentina	Buenos Aires	58,38
	Mendoza	42,25
	Paso de Los Libres	45,20
	Puerto Iguazu	45,20
	Córdoba - FCG	42,25
Armênia	Ierevan	60,80
Austrália	Camberra - FCG	67,50
	Sidney	67,86
Áustria	Viena - FCG	75,39
Azerbaijão	Baku	73,60
Bahamas	Nassau - FCG	72,45
Bangladesh	Daca	56,64
Barbados	Bridgetown	45,24

**Continuação do Anexo B – Tabela de Fatores de Conversão de Índice de Representação****(Anexo II do Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973 - Para cálculo da IREX)**

Belarus	Minsk	52,32
Bélgica	Bruxelas - FCG	72,24
Belize	Belmopán	52,78
Benin	Cotonou - FCG	65,76
Bolívia	Cobija	43,00
	Cochabamba	43,00
	Guayaramerin	43,00
	Puerto Suarez	43,00
	Santa Cruz de la Sierra	68,80
	La Paz - FCG	59,58
Bósnia e Herzegovina	Sarajevo	53,12
Botsuana	Gaborone	60,80
Bulgária	Sófia - FCG	47,06
Burkina Faso	Uagadugu	67,52
Cabo Verde	Praia - FCG	65,34
Camarões	Iaundê	70,08
Canadá	Ottawa	63,18
	Toronto	59,68
	Vancouver	59,68
	Montreal - FCG	59,04
Catar	Doha	57,78
Cazaquistão	Astana	59,84
Chile	Santiago - FCG	59,58
China	Hong-Kong	77,49
	Pequim	80,22
	Xangai	74,52
	Cantão - FCG	71,64

**Continuação do Anexo B – Tabela de Fatores de Conversão de Índice de Representação****(Anexo II do Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973 - Para cálculo da IREX)**

Chipre	Nicósia	54,86
Cingapura	Cingapura - FCG	66,30
Colômbia	Letícia	54,21
	Bogotá - FCG	50,57
República Democrática do Congo	Kinshasa - FCG	77,49
República do Congo	Brazzaville	90,30
Coreia do Norte	Pyongyang	71,82
Coreia do Sul	Seul	59,76
	Inchon - FCG	53,12
Croácia	Zagreb	51,61
Costa do Marfim	Abdijã - FCG	76,68
Costa Rica	São José	43,94
Cuba	Havana - FCG	62,08
Dinamarca	Copenhague - FCG	80,64
Dominica	Roseau	44,59
Egito	Cairo - FCG	51,74
El Salvador	São Salvador	43,94
Emirados Árabes Unidos	Abu Dábi	66,24
Equador	Quito - FCG	40,56
Eslováquia	Bratislava	67,52
Eslovênia	Liubliana	50,44
Espanha	Madrid	64,80
	Barcelona - FCG	54,34
Estônia	Talin	66,96
Etiópia	Adis-Abeba	63,00
EUA	Atlanta	59,85
	Chicago	64,89



**Continuação do Anexo B – Tabela de Fatores de Conversão de Índice de Representação  
(Anexo II do Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973 - Para cálculo da IREX)**

EUA	Hartford	61,95
	Houston	59,85
	Los Angeles	66,15
	Miami	63,42
	Nova York	78,52
	São Francisco	64,89
	Washington	76,70
	Boston – FCG	61,95
	San Juan (Porto Rico)	61,95
Filipinas	Manila - FCG	52,80
Finlândia	Helsinki - FCG	62,72
França	Paris - FCG	82,68
Gabão	Libreville	93,66
Gana	Acra	66,72
Geórgia	Tbilisi	60,80
Granada	Saint George´s	44,59
Grécia	Atenas - FCG	62,08
Guatemala	Guatemala	47,32
Guiana	Lethem	54,21
	Georgetown – FCG	57,76
Guiana Francesa	Saint Georges de l’Oyapock	66,88
	Caiena – FCG	66,88
Guiné	Conacri	61,92
Guiné Bissau	Bissau	72,72
Guiné Equatorial	Malabo	73,44
Haiti	Porto Príncipe- FCG	65,44
Honduras	Tegucigalpa - FCG	43,94
Hungria	Budapeste - FCG	53,17
Índia	Nova Délhi – FCG	50,18

**Continuação do Anexo B – Tabela de Fatores de Conversão de Índice de Representação**

**(Anexo II do Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973 - Para cálculo da IREX)**

Índia	Mumbai	50,18
Indonésia	Jacarta - FCG	64,68
Irã	Teerã	51,04
Iraque	Bagdá	85,28
Irlanda	Dublin - FCG	74,55
Israel	Tel-Aviv - FCG	66,24
Itália	Roma - FCG	69,48
	Milão	67,52
Jamaica	Kingston - FCG	49,66
Japão	Tóquio	108,94
	Hamamatsu	82,62
	Nagoya - FCG	82,62
Jordânia	Amã	55,51
Kuaite	Kuaite	57,78
Líbano	Beirute - FCG	63,00
Libéria	Monróvia	66,24
Líbia	Trípoli - FCG	51,84
Malásia	Kuala Lumpur - FCG	64,47
Maláui	Lilongue	52,78
Mali	Bamako	65,44
Marrocos	Rabat - FCG	48,36
Mauritânia	Nouakchott	67,52
México	México - FCG	57,12
Myanmar	Yangon	56,80
Moçambique	Maputo - FCG	63,72
Namíbia	Windhoek - FCG	62,46
Nepal	Katmandu	56,64

**Continuação do Anexo B – Tabela de Fatores de Conversão de Índice de Representação****(Anexo II do Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973 - Para cálculo da IREX)**

Nicarágua	Manágua	49,60
Nigéria	Abuja	75,81
	Lagos - FCG	75,81
Noruega	Oslo - FCG	73,98
Nova Zelândia	Wellington - FCG	51,09
Omã	Mascate	57,78
Cisjordânia	Ramalá	69,12
Panamá	Panamá - FCG	51,52
Paquistão	Islamabad - FCG	62,88
Países Baixos	Haia	70,77
	Amsterdã – FCG	53,92
	Rotterdam	61,92
Paraguai	Assunção	52,74
	Ciudad del Este	42,64
	Concepción - FCG	47,70
	Encarnación	58,11
	Pedro Juan Caballero	36,30
	Salto del Guaira	47,70
Peru	Lima	44,72
	Iquitos - FCG	40,70
Polônia	Varsóvia - FCG	54,88
Portugal	Lisboa	63,00
	Faro	52,78
	Porto - FCG	52,78
Quênia	Nairóbi	52,52
Reino Unido	Londres - FCG	78,89
República Dominicana	São Domingos - FCG	51,52

**Continuação do Anexo B – Tabela de Fatores de Conversão de Índice de Representação**

**(Anexo II do Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973 - Para cálculo da IREX)**

República Tcheca	Praga - FCG	52,65
Romênia	Bucareste	45,50
Rússia	Moscou - FCG	65,76
Santa Lúcia	Castries	44,59
Santa Sé	Vaticano	69,48
São Cristóvão e Névis	Basseterre	44,59
São Tomé e Príncipe	São Tomé	59,22
São Vicente e Granadinas	Kingstown	44,59
Senegal	Dacar	67,52
Serra Leoa	Freetown	83,34
Sérvia	Belgrado	47,06
Síria	Damasco - FCG	67,84
Sri Lanka	Colombo	50,18
Sudão	Cartum - FCG	63,84
Sudão do Sul	Juba - FCG	63,84
Suécia	Estocolmo - FCG	64,80
Suíça	Berna - FCG	81,18
	Genebra	103,48
	Zurique	84,96
Suriname	Paramaribo	59,84
Tailândia	Bangkok	57,28
Taiwan, Província da China	Taipé	108,94
Tanzânia	Dar-es-Salaam	52,78
Timor Leste	Díli - FCG	70,14
Togo	Lomé	68,80
Trinidad e Tobago	Port-of-Spain	57,98
Tunísia	Túnis - FCG	42,90

**Continuação do Anexo B – Tabela de Fatores de Conversão de Índice de Representação****(Anexo II do Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973 - Para cálculo da IREX)**

Turquia	Ancara - FCG	47,32
	Istambul	51,61
Ucrânia	Kiev - FCG	52,32
Uruguai	Montevideu - FCG	49,28
	Artigas	47,50
	Chuy	36,30
	Rio Branco	47,50
	Rivera	35,40
Venezuela	Caracas - FCG	75,67
	Ciudad Guayana	67,32
	Puerto Ayacucho	75,06
	Santa Elena de Uairén	75,06
Vietnã	Hanoi	63,21
Zâmbia	Lusaca	54,60
Zimbábue	Harare	64,80

**Obs:** Quando a cidade-sede da missão não estiver relacionada neste Anexo, o Fator de Conversão deverá ser o da cidade do mesmo país assinalada como FCG (Fator de Conversão Geral).

**Anexo C – Tabela de Fatores de Conversão da Retribuição Básica**

(Anexo I da Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972 – Para cálculo do soldo)

<b>País ou Região</b>	<b>Cidade</b>	<b>Fator de Conversão</b>
Afeganistão	Cabul	138,58
África do Sul	Cidade do Cabo - FCG	90,22
	Pretória	94,64
Albânia	Tirana	83,72
Alemanha	Berlim – FCG	99,58
	Frankfurt	96,46
	Munique	96,46
Angola	Luanda – FCG	125,06
Antártica	Antártica	99,86
Antígua e Barbuda	Saint John`s	89,18
Arábia Saudita	Jeddah (Jiddah) - FCG	95,68
	Riade	95,68
Argélia	Argel	83,20
Argentina	Buenos Aires	72,28
	Córdoba - FCG	84,50
	Mendoza	84,50
	Paso de Los Libres	117,52
	Puerto Iguazu	117,52
Armênia	Ierevan	98,80
Austrália	Camberra - FCG	97,50
	Sidney	98,02
Áustria	Viena – FCG	93,34
Azerbaijão	Baku	119,60
Bahamas	Nassau – FCG	89,70
Bangladesh	Daca	92,04
Barbados	Bridgetown	90,48
Belarus	Minsk	85,02
Bélgica	Bruxelas - FCG	89,44

**Continuação do Anexo C - Tabela de Fatores de Conversão da Retribuição Básica****(Anexo I da Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972 – Para cálculo do soldo)**

Belize	Belmopan	105,56
Benin	Cotonou - FCG	106,86
Bolívia	Cobija	111,80
	Cochabamba	111,80
	Guayaramerin	111,80
	La Paz – FCG	86,06
	Puerto Suarez	111,80
	Santa Cruz de la Sierra	111,80
Bósnia e Herzegovina	Sarajevo	86,32
Botsuana	Gaborone	98,80
Bulgária	Sófia	94,12
Burkina Faso	Uagadougou	109,72
Cabo Verde	Praia	94,38
Camarões	Iaundé	113,88
Canadá	Montreal - FCG	95,94
	Ottawa	91,26
	Toronto	96,98
	Vancouver	96,98
Catar	Doha	83,46
Cazaquistão	Astana	97,24
Chile	Santiago - FCG	86,06
China	Cantão – FCG	103,48
	Hong-Kong	95,94
	Pequim	99,32
	Xangai	107,64
Chipre	Nicósia	109,72
Cingapura	Cingapura	132,60
Colômbia	Bogotá – FCG	101,14
	Letícia	108,42

**Continuação do Anexo C - Tabela de Fatores de Conversão da Retribuição Básica****(Anexo I da Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972 – Para cálculo do soldo)**

República Democrática do Congo	Kinshasa	95,94
República do Congo	Brazzaville	111,80
Coreia do Norte	Pyongyang	88,92
Coreia do Sul	Inchon – FCG	86,32
	Seul	86,32
Croácia	Zagreb	103,22
Costa do Marfim	Abidjan - FCG	110,76
Costa Rica	São José	87,88
Cuba	Havana	100,88
Dinamarca	Copenhague - FCG	116,48
Dominica	Roseau	89,18
Egito	Cairo	103,48
El Salvador	São Salvador	87,88
Emirados Árabes Unidos	Abu-Dhabi	95,68
Equador	Quito – FCG	81,12
Eslováquia	Bratislava	109,72
Eslovênia	Liubliana	100,88
Espanha	Barcelona - FCG	108,68
	Madrid	93,60
Estônia	Talin	96,72
Etiópia	Adis-Abeba	91,00
EUA	Atlanta	74,10
	Boston – FCG	76,70
	Chicago	80,34
	Hartford	76,70
	Houston	74,10
	Los Angeles	81,90
	Miami	78,52
	Nova York	78,52



**Continuação do Anexo C - Tabela de Fatores de Conversão da Retribuição Básica****(Anexo I da Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972 – Para cálculo do soldo)**

EUA	San Juan - FCG - Porto Rico	76,70
	São Francisco	80,34
	Washington	76,70
Filipinas	Manila	85,80
Finlândia	Helsinki	101,92
França	Paris – FCG	82,68
Gabão	Libreville	115,96
Gana	Acra	108,42
Geórgia	Tbilisi	98,80
Granada	Saint George´s	89,18
Grécia	Atenas	100,88
Guatemala	Guatemala	94,64
Guiana	Georgetown - FCG	93,86
	Lethem	108,42
Guiana Francesa	Caiena – FCG	108,68
	Saint Georges L'oyapock	108,68
Guiné	Conacri	100,62
Guiné Bissau	Bissau	105,04
Guiné Equatorial	Malabo	106,08
Haiti	Porto Príncipe- FCG	106,34
Honduras	Tegucigalpa	87,88
Hungria	Budapeste	106,34
Índia	Mumbai	100,36
	Nova Delhi - FCG	100,36
Indonésia	Jakarta	80,08
Irã	Teerã	82,94
Iraque	Bagdá	138,58
Irlanda	Dublin	92,30
Israel	Tel-Aviv - FCG	95,68

**Continuação do Anexo C - Tabela de Fatores de Conversão da Retribuição Básica****(Anexo I da Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972 – Para cálculo do soldo)**

Itália	Milão	109,72
	Roma – FCG	100,36
Jamaica	Kingston - FCG	99,32
Japão	Hamamatsu	119,34
	Nagoya – FCG	119,34
	Tóquio	108,94
Jordânia	Amã	111,02
Kuaite	Kuaite	83,46
Líbano	Beirute	91,00
Libéria	Monróvia	95,68
Líbia	Trípoli	74,88
Malásia	Kuala Lumpur	79,82
Malauí	Lilongue	105,56
Mali	Bamako	106,34
Marrocos	Rabat	96,72
Mauritânia	Nuakchott	109,72
México	México – FCG	92,82
Myanmar	Yangon	92,30
Moçambique	Maputo	92,04
Namíbia	Windhoek - FCG	90,22
Nepal	Katmandu	92,04
Nicarágua	Manágua	80,60
Nigéria	Abuja	93,86
	Lagos – FCG	93,86
Noruega	Oslo	106,86
Nova Zelândia	Wellington	102,18
Omã	Mascate	83,46
Palestina	Ramallah	99,84
Panamá	Panamá	83,72

**Continuação do Anexo C - Tabela de Fatores de Conversão da Retribuição Básica****(Anexo I da Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972 – Para cálculo do soldo)**

Paquistão	Islamabad	102,18
Países Baixos	Amsterdã - FCG	87,62
	Haia	87,62
	Roterdã	100,62
Paraguai	Assunção	76,18
	Ciudad del Este	85,28
	Concepcion - FCG	124,02
	Encarnación	116,22
	Pedro Juan Caballero	94,38
	Salto del Guairá	124,02
Peru	Iquitos – FCG	105,82
	Lima	89,44
Polônia	Varsóvia	89,18
Portugal	Faro	105,56
	Lisboa	91,00
	Porto – FCG	105,56
Quênia	Nairobi	105,04
Reino Unido	Londres - FCG	89,18
República Dominicana	São Domingos	83,72
República Tcheca	Praga	105,30
Romênia	Bucareste	91,00
Rússia	Moscou	106,86
Santa Lúcia	Castries	89,18
Santa Sé	Vaticano	100,36
São Cristóvão e Névis	Basse-Terre	89,18
São Tomé e Príncipe	São Tomé	85,54
São Vicente e Granadinas	Kingstown	89,18
Senegal	Dacar	109,72
Serra Leoa	Freetown	120,38

**Continuação do Anexo C - Tabela de Fatores de Conversão da Retribuição Básica****(Anexo I da Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972 – Para cálculo do soldo)**

Sérvia	Belgrado	94,12
Síria	Damasco	110,24
Sri Lanka	Colombo	100,36
Sudão	Cartum – FCG	103,74
Sudão do Sul	Juba – FCG	103,74
Suécia	Estocolmo - FCG	93,60
Suíça	Berna – FCG	117,26
	Genebra	103,48
	Zurique	122,72
Suriname	Paramaribo	97,24
Tailândia	Bangkok	93,08
Taiwan, Província da China	Taipé	108,94
Tanzânia	Dar-es-Salaam	105,56
Timor Leste	Díli	86,84
Togo	Lomé	111,80
Trinidad e Tobago	Port-of-Spain	115,96
Tunísia	Túnis	85,80
Turquia	Ancara – FCG	94,64
	Istambul	103,22
Ucrânia	Kiev	85,02
Uruguai	Artigas	123,50
	Chui	94,38
	Montevidéu – FCG	80,08
	Rio Branco	123,50
	Rivera	92,04
Venezuela	Caracas – FCG	85,54
	Ciudad Guayana	97,24
	Puerto Ayacucho	108,42
	Santa Elena do Uairén	108,42

**Continuação do Anexo C - Tabela de Fatores de Conversão da Retribuição Básica****(Anexo I da Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972 – Para cálculo do soldo)**

Vietnã	Hanói	78,26
Zâmbia	Lusaca	109,20
Zimbábue	Harare	93,60

**Obs:** Quando a cidade-sede da missão não estiver relacionada neste Anexo, o Fator de Conversão de Índice de Representação deverá ser o da cidade do mesmo país assinalada como FCG (Fator de Conversão Geral).

### Anexo D – Tabela de Escalonamento Vertical de Índice de Representação

(Anexo I - Tabela I – B do Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973 e Decreto nº 9.325, de 3 de abril de 2018 - Para cálculo da IREX)

POSTO OU GRADUAÇÃO	FUNÇÃO OU CARGO NO EXTERIOR	ÍNDICE
Tenente-Brigadeiro	Todas	100
Major-Brigadeiro	Todas	80
Brigadeiro	Todas	80
Coronel	Adido, Adjunto do Adido ou integrante da JID e RBJID	70
	Presidente ou Chefe de Comissão ou Órgão Militar	60
	Outras Missões	50
Tenente-Coronel	Adido ou Adjunto do Adido	60
	Missões diplomáticas ou administrativas, quando investidos nas funções de Presidente ou Chefe de Comissão ou Órgão Militar	50
	Outras Missões	45
Major	Todas	40
Capitão	Todas	35
Oficiais Subalternos	Todas	30
Suboficial e Sargento	Auxiliar de Adido	25
Suboficial, Sargento e Praças Especiais	Outras Missões	20
Cabos e demais Praças	Todas	10

**Obs:** Não estão incluídas nesta tabela as missões de que trata o art. 5º da Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, conforme incisos:

III – participante de viagem ou cruzeiro de instrução; e

V – Comandante ou integrante de tripulação, contingente ou força, em missão operativa ou adestramento, em país estrangeiro.

**Anexo E -Tabela de cubagem e peso**

(Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973)

Cargo, Função ou Emprego; Posto ou Graduação	Dependentes	Com Dependentes				Sem Dependentes			
	Duração da missão	3 a 6 meses		6 meses a 2 anos		3 a 6 meses		6 meses a 2 anos	
	Limite de peso ou volume	m <sup>3</sup>	Kg	m <sup>3</sup>	kg	m <sup>3</sup>	kg	m <sup>3</sup>	kg
Tenente-Brigadeiro		12	2400	21	4200	6	1200	10	2000
Major-Brigadeiro e Brigadeiro		11	2200	20	4000	5	1000	10	2000
Oficiais Superiores		10	2000	18	3600	4,5	900	9	1800
Oficiais Intermediários, Subalternos e Aspirantes a Oficial		9	1800	16	3200	4,5	900	8	1600
Cadetes, Suboficiais e Sargentos		8	1600	14	2800	4	800	7	1400
Demais Praças		4	800	7	1400	2	400	3	600

**Anexo F - Valores de Diárias no Exterior**

(Tabela A do Anexo III do Decreto nº 71.733/73 alterado pelo Decreto nº 6.576/2008)

	GRUPOS/PAÍSES	Classe I	Classe II	Classe III	Classe IV	Classe V
A	Afeganistão, Armênia, Bangladesh, Belarus, Benin, Bolívia, Burkina-Fasso, Butão, Chile, Comores, República Popular Democrática da Coreia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Eslovênia, Filipinas, Gâmbia, Guiana, Guiné Bissau, Guiné, Honduras, Indonésia, Irã, Iraque, Laos, Líbano, Malásia, Maldivas, Marrocos, Mongólia, Myanmar, Namíbia, Nauru, Nepal, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Rep. Centro Africana, República Togolesa, Salomão, Samoa, Serra Leoa, Síria, Somália, Sri Lanka, Suriname, Tadjiquistão, Tailândia, Timor Leste, Tonga, Tunísia, Turcomenistão, Turquia, Tuvalu, Vietnã, Zimbábue.	220	200	190	180	170
B	África do Sul, Albânia, Andorra, Argélia, Argentina, Austrália, Belize, Bósnia-Herzegovina, Burundi, Cabo Verde, Camarões, Camboja, Catar, Chade, China, Chipre, Colômbia, Dominica, Egito, Eritreia, Estônia, Etiópia, Gana, Geórgia, Guiné-Equatorial, Haiti, Hungria, Iêmen, Ilhas Marshall, Índia, Kiribati, Lesoto, Líbia, Macedônia, Madagascar, Malauí, Micronésia, Moçambique, Moldávia, Níger, Nigéria, Nova Zelândia, Palau, Papua Nova Guiné, Paquistão, Peru, Polônia, Quênia, República Dominicana, República Eslovaca, Romênia, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Senegal, Sudão, Tanzânia, Uruguai, Uzbequistão, Venezuela.	300	280	270	260	250



**Continuação do Anexo F - Valores de Diárias no Exterior**

(Tabela A do Anexo III do Decreto nº 71.733/73 alterado pelo Decreto nº 6.576/2008)

C	Antígua e Barbuda, Arábia Saudita, Azerbaijão, Bahamas, Bareine, Botsuana, Brunei Darussalam, Bulgária, Canadá, Cingapura, Congo, Costa do Marfim, Cuba, Djibuti, Emirados Árabes, Fiji, Gabão, Guatemala, Jamaica, Jordânia, Letônia, Libéria, Lituânia, Mali, Malta, Maurício, Maurítânia, México, República Democrática do Congo, República Tcheca, Rússia, San Marino, Santa Lúcia, São Cristovão e Névis, São Vicente e Granadinas, Taiwan, Trinidad e Tobago, Ucrânia, Uganda, Zâmbia.	350	330	320	310	300
D	Alemanha, Angola, Áustria, Barbados, Bélgica, Cazaquistão, Coréia do Sul, Croácia, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos da América, Finlândia, França, Granada, Grécia, Hong Kong, Irlanda, Islândia, Israel, Itália, Japão, Kuaite, Liechtenstein, Luxemburgo, Mônaco, Montenegro, Noruega, Omã, Países Baixos, Portugal, Reino Unido, República Quirguiz, Seicheles, Sérvia, Suazilândia, Suécia, Suíça, Vanuatu.	460	420	390	370	350

**LEGENDA**

CLASSE	POSTO OU GRADUAÇÃO
I	Comandante da Aeronáutica e Tenente-Brigadeiro.
II	Major-Brigadeiro e Brigadeiro.
III	Oficial Superior.
IV	Oficial-Intermediário, Oficial-Subalterno e Aspirante a Oficial.
V	Cadete, Suboficial, Sargento, Aluno, Taifeiro, Cabo, Soldado e Recruta.

**Anexo G - Modelo de contracheque mensal**

**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**SECRETARIA DE ECONOMIA, FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO DA**  
**AERONÁUTICA**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA**  
**SUBDIRETORIA DE PAGAMENTO DE PESSOAL**

Matrícula		OM Pagadora		Nome da OM Pagadora		Localidade	Pagamento	
Qualif.		Nome				Missão	CPF	
Discriminação		Nord	Caixa	%	Receita	Despesa	Prazo	IR
Soldo GTS IREX Aux. Fam. FUNSA Fundo Ass. Soc I. Renda					X,XXX.XX			
					XXX.XX			
					XXX.XX			
					XXX.XX			
					XX.XX			
					XX.XX			
					XX.XX			
Banco	Agência	Conta Corrente		Receita U\$		Despesa U\$	Líquido U\$	

Fonte: SDPP

**Anexo H - Tabela de limites de cubagem**

(Anexo U à ICA 177-31)

**I - MÓVEIS, UTENSÍLIOS E OBJETOS DE USO PESSOAL:**

<b>POSTO/GRADUAÇÃO</b>	<b>m<sup>3</sup></b>
Oficial-General	60
Oficial Superior	55
Oficial Intermediário e Subalterno	50
Aspirante a Oficial	45
Suboficial e Primeiro-Sargento	50
Segundo-Sargento e Terceiro-Sargento	45
Cabo, Taifeiro-Mor, Soldados e Taifeiros	35
Cadete, Aluno de Escola de Formação de Oficiais, Escola de Formação de Oficiais da Reserva, Escola de Especialistas de Aeronáutica e de Estágio de Adaptação Militar para Ingresso no Quadro Feminino de Oficiais e Graduados da Reserva da Aeronáutica.	5

**II - VEÍCULOS:**

<b>TIPO</b>	<b>m<sup>3</sup></b>
Automóvel	12
Motocicleta	3

**Anexo I - Tabela para cálculo do “pagamento em espécie” do transporte da bagagem do militar**

(Anexo V à ICA 177-31)

<b>DISTÂNCIA ENTRE A LOCALIDADE DE ORIGEM E DE DESTINO</b>	<b>VALOR EM R\$ POR M<sup>3</sup> TRANSPORTADO</b>
ATÉ 50 km	29,64
DE 51 A 100 km	32,50
DE 101 A 200 km	38,48
DE 201 A 400 km	51,47
DE 401 A 600 km	63,77
DE 601 A 800 km	76,67
DE 801 A 1000 km	88,61
DE 1001 A 1200 km	100,68
DE 1201 A 1400 km	113,04
DE 1401 A 1600 km	125,48
DE 1601 A 1800 km	138,06
DE 1801 A 2000 km	150,84
DE 2001 A 2200 km	163,80
DE 2201 A 2400 km	176,93
DE 2401 A 2600 km	189,22
DE 2601 A 2800 km	201,50
DE 2801 A 3000 km	214,14
DE 3001 A 3200 km	226,46
DE 3201 A 3400 km	238,82
DE 3401 A 3600 km	251,34
DE 3601 A 3800 km	263,88
DE 3801 A 4000 km	276,17
DE 4001 A 4200 km	288,91
DE 4201 A 4400 km	301,52
DE 4401 A 4600 km	314,47
DE 4601 A 4800 km	327,12
DE 4801 A 5000 km	339,15
ACIMA DE 5000 km	352,61

**Anexo J - Relação de países ou áreas para efeito de acréscimo do auxílio-familiar**

(Decreto nº 72.288, de 21 de maio de 1973)

**LISTA “A”**

Albânia, Argélia, Bulgária, Egito, Eslováquia, Hungria, Iraque, Iugoslávia, Líbia, Polônia, República Tcheca, Romênia, Síria, Rússia.

**LISTA “B”**

Afeganistão, Arábia Saudita, Angola, Barbados, Bolívia, China, Chipre, Cingapura, Congo, Coreia do Sul, Costa do Marfim, Costa Rica, Cote d'Ivoire, Daomé, El Salvador, Etiópia, Filipinas, Gana, Guatemala, Guiana, Guiana Francesa, Haiti, Honduras, Indonésia, Irã, Islândia, Jamaica, Jordânia, Malásia, Mali, Marrocos, Mauritânia, Moçambique, Nicarágua, Níger, Nigéria, Panamá, Paquistão, Quênia, República Dominicana, Senegal, Sri Lanka, Sudão, Suriname, Tailândia, Tanzânia, Trinidad-Tobago, Turquia, Uganda, Vietnam e Zâmbia.

## ÍNDICE

**Adido Militar, 1.2.1**

**Ajuda de Custo**

após a missão, 7.2

no exterior, 5.1.1.5

**Ajuda de custo de exterior, 5.1.1.5**

**Âmbito, 1.3**

**Auxílio-familiar, 5.1.1.4**

**Auxílio-funeral no exterior, 5.1.1.7**

**Classificação após a missão, 7.1**

**Conceituação, 1.2**

empregado doméstico, 1.2.2

fator de conversão da retribuição básica, 1.2.3

fator de conversão de índices de representação, 1.2.4

índice da tabela de escalonamento vertical da retribuição básica, 1.2.6

escalonamento vertical de índice de representação, 1.2.7

**Décimo terceiro salário, 5.1.1.8**

**Declaração de embarque, 5.5.5**

**Delegação de competência para missões eventuais, 3.3**

**Descontos em folha, 5.5.6**

**Desligamento, 7.5**

**Despesas especiais, 5.4.4**

**Diárias no exterior, 5.1.1.6**

**Estágios preparatórios, 4.2**

**Férias remuneradas, 5.1.1.9**

**Finalidade, 1.1**

**Gratificação no exterior por tempo de serviço, 5.1.1.2**

**Indenizações, 5.1.1.3**

de representação no exterior, 5.1.1.3.1

**Missões**

classificação, 2.1

critérios de classificação, 2.2

especificação das, 2.3

**Passagens, 7.3**

**Passaporte, 4.3**

classificação, 4.3.4

conceituação, 4.3.1

concessão, 4.3.7

documentos necessários para o titular, 4.3.16.1

documentos necessários para os dependentes, 4.3.16.2

validade, 4.3.13

**Plano de missões de ensino no exterior (PLAMENS EXT), 2.4.1**

**Plano de missões técnico-administrativas no exterior (PLAMTAX), 2.4.2**

**Remuneração/retribuição no exterior, 5**

antes do embarque, 5.2.1

após o regresso, 5.2.3

constituição, 5.1

durante sua permanência no exterior, 5.2.2

gratificação no exterior por tempo de serviço, 5.1.1.2

retribuição básica, 5.1.1.1

**Suprimento de fundos, 5.4**

**Trânsito**

prazos, 4.9

**Transporte**

de bagagem, 4.7, 7.4

forma e meio, 1.2.5

na missão eventual e na transitória, sem mudança de sede, 4.6.2

na missão permanente e na transitória, com mudança de sede, 4.6.1

na modalidade “pagamento em espécie”, 1.2.9

na modalidade “por conta da União”, 1.2.8

no exterior, 1.2.10

no território nacional, 1.2.11